

Revista Brasileira de

2024

ANÁLISE INTERNACIONAL



RBAI, vol. 3, n. 1 (2024)

ISSN: 2965-1727

BLENDA LARA (ORG)

BRUNO VEILLARD (ORG)

REVISTA BRASILEIRA DE ANÁLISE INTERNACIONAL (RBAI)

2024

**NASCIMENTO, Blenda Lara Fonseca do
VEILLARD, Bruno Parreira (ORG)**

REVISÃO

VEILLARD, Parreira Bruno

REVISTA BRASILEIRA DE ANÁLISE INTERNACIONAL
NASCIMENTO, Blenda Lara Fonseca; VEILLARD, Bruno Parreira. Vol. 3, n. 1,
Brasília, 2024. ISSN: 2965-1727.

**1. Relações Internacionais – Brasil 2. Direito Internacional – Brasil 3. Cultura –
Brasil.**

Brasília – Brasil.

**Centro de Estudos Internacionais. CNPJ 33.481.628/0001-05. SGAN 914, Mód.
A, bloco B, sala 11, Asa Norte, Brasília, Brasil.**

REVISTA BRASILEIRA DE ANÁLISE INTERNACIONAL



Em meio à aceleração dos nossos dias, a **Revista Brasileira de Análise Internacional (RBAI)** propõe-se a ser um convite à reflexão. Nosso objetivo é oferecer conteúdo acadêmico de excelência, capaz de provocar questionamentos e inspirar o leitor a enxergar o mundo por uma lente diferente— e, sobretudo, com menos agitação.

Num cenário em que a circulação de informações é cada vez mais intensa, buscamos valorizar o sossego e resgatar o sentido de ler uma análise com calma, ponderando sobre sua prosa. Por isso, adotamos o princípio de limitar o número de publicações em cada edição, acreditando que a qualidade projeta um alcance mais duradouro do que a quantidade.

Nesta edição, um fato singular nos inspirou: todos os artigos recebidos são assinados por mulheres. Diante disso, optamos por organizar duas edições especiais, dedicadas inteiramente à voz delas. Que a pena e a tinta desta **Edição Empoderamento Feminino** contribuam para o seu desenvolvimento intelectual e tragam os insights necessários para despertar e fortalecer o seu pensamento crítico. **Bem-vindos à Revista Brasileira de Análise Internacional** — um olhar curioso e atento sobre as Relações Internacionais.

O Editor.

SUMÁRIO

- A Política Externa Sino-russa para o Ártico..... p. 5**
RÊGO, Alana Karla Monteiro Leal.
- A mercantilização da água sob o neoliberalismo: estudo dos casos Cochabamba e Accra.....p. 20**
RODRIGUES, Marianna Oliveira.
- As identidades da Rússia soviética e pós-soviética através do espaço: uma análise das arquiteturas russa e soviética e da criação de alianças regionais.....p. 42**
SANTOS, Júlia Jefét Gomes dos.
- A fetichização dos homens coreanos: entre a exotificação e a realidade.....p. 58**
TARARAM, Luiza Anna Sousa.

A POLÍTICA EXTERNA SINO-RUSSA PARA O ÁRTICO

RÊGO, Alana Karla Monteiro Leal¹

RESUMO

O presente artigo apresenta a política externa da Rússia e da China em relação ao Ártico, analisando seus interesses territoriais, de recursos e estratégicos na região. Argumenta que a parceria sino-russa é um fator importante no cenário geopolítico do Ártico, embora também existam tensões e desafios nessa relação. O artigo destaca a busca da Rússia por afirmar sua posição como potência energética no Ártico, enquanto a China busca acesso a recursos e rotas marítimas. A análise nos leva a questionar: A parceria Sino-Russa impacta no Sistema Internacional? E, com os olhos voltados ao Ártico, observa-se esse transbordamento nas Relações Internacionais. Palavras-Chave: Rússia. Ártico. China.

Palavras-chave: Rússia. Ártico. China

INTRODUÇÃO

A percepção e mensuração da importância estratégica do Ártico vêm sendo ampliada desde a Guerra Fria (1947-1991) conforme aponta The Netherlands, (2014), em que foram realizadas trajetórias de voo do Ártico. Submarinos americanos usavam regularmente passagens entre as ilhas nos eixos árticos. Mesmo os mísseis balísticos intercontinentais terrestres das duas superpotências e bombardeiros estratégicos foram e são programados para seguir as rotas do Ártico, consoante indica The Netherlands, (2014).

¹ Graduada em Relações Internacionais e mestrandona em Ciéncia Política pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Segundo o mesmo autor, o único porto sem gelo que deu, à frota de superfície da marinha soviética, livre acesso ao Oceano Atlântico, foi o Porto de Murmansk, localizado no Ártico Russo. Peça fundamental na dissuasão entre os Estados Unidos e a União Soviética, o Ártico desenvolve seu papel desde então. Os estados do Ártico são os oito países com território ao norte do Círculo Ártico: Noruega, Rússia, Estados Unidos, Dinamarca, Canadá, Islândia, Suécia e Finlândia. Os cinco primeiros são estados costeiros do Ártico, com suas águas territoriais ao norte do Círculo Ártico. Graduada em Relações Internacionais e mestrandra em Ciência Política pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Fazendo a comparação entre as grandes rotas para os portos europeus, saindo de Yokohama, Japão, seriam 12.894 milhas via Canal de Suez, enquanto pela passagem do Norte seriam 8.452 milhas. A partir de Shangai, na China, seriam 12.107 milhas via Canal de Suez, enquanto pelo Norte, 9.297 milhas. Já a partir de Vancouver, Canadá, seriam 10.262 milhas via Canal do Panamá, enquanto pelo Norte seriam 8.038 milhas, conforme afirma Smith-Windsor, (2013).

Outra questão relevante é que, dos 60 principais campos de petróleo e gás do Ártico, 43 estão em território russo. As reservas de gás mais importantes se localizam no Mar de Barents, Sibéria Ocidental e no Alasca, em conformidade com Netherlands, (2014).

A problemática é que as reservas de petróleo do Ártico são em grande parte offshore, e só podem ser extraídas com dificuldade, sendo este o grande obstáculo: a necessidade de tecnologia sofisticada e financiamento para tal. Entre empresas petrolíferas presentes na extração de petróleo e gás no Ártico, a norueguesa Statoil domina a maior expertise em perfuração offshore. A Rosneft e Gazprom marcam participação majoritária em projetos russos. A norte-americana Exxon Mobil, a inglesa British Petroleum e a anglo-holandesa Shell também estão operando no Ártico.

As três novas rotas de navegação estão em destaque: a passagem Noroeste, indo do oeste da Groenlândia ao norte do Canadá; a passagem Nordeste, ao norte da Rússia; e a passagem Norte.

1. O ÁRTICO RUSSO

O Círculo Polar Ártico, em maior extensão, pertence ao litoral norte da Federação Russa (FR). Ambição nacional, o desenvolvimento da Rota do Norte exige investimentos para ampliação, modernização e desenvolvimento para seu usufruto, bem como a necessidade de lidar com a questão climática e camadas de gelo que desenham um instável cenário para a FR quando ausente de tecnologias, relativo aos meios de transporte, navios quebra-gelo e áreas não-marítimas, que englobam gasodutos, rotas de aviação, ferrovias e estradas.

O Ártico é notadamente destaque para a Federação Russa desde Dmitri Medvedev, publicado em documentos oficiais em 2009. A Estratégia de Segurança Nacional para o Ártico busca reintroduzir a Rússia como potência energética, que tem como base quatro documentos.

O “National Strategy of 2009 to National Security until 2020”, conforme indica Federação Russa, (2008a, 2008b) e “The National Security Strategy of the Russian Federation”, consoante consta Federação Russa, (2015) embora muito parecidos, são documentos complementares. O primeiro trata do desenvolvimento no Ártico para a Segurança Nacional da Rússia, como prioridades estratégicas oficialmente reconhecidas e distribuídas em metas e medidas em relação à política interna e externa da Federação. O Segundo expande conceitos tradicionais de segurança para incluir aspectos de direitos humanos e ambientais; enfatizando o compromisso contínuo da Rússia com o direito internacional.

O planejamento mais detalhado consta em “The Energy Strategy of the Russian Ministry of Energy for the period up to 2030”, em conformidade com Federação Russa, (2010) e “Transports Strategy of Transports Ministry of Russian Federation up to 2030”, consoante Federação Russa, (2008c), documentos que congregam todo o posicionamento da Política Externa da Federação Russa para o Ártico.

O documento “Conceito de Política Externa de Federação Russa”, destaca-se Federação Russa, (2008b), aprovado em julho de 2008, buscava reintroduzir a Rússia como uma superpotência energética, para cumprir o futuro econômico da Rússia. A necessidade de ligar a segurança energética com as formas de segurança e a lei sobre recursos do Ártico, que prevê como o país

abordaria a questão de recursos subaquáticos árticos e de qual forma devem ser aproveitados, bem como o documento que nomeou a plataforma continental do Oceano Ártico como patrimônio nacional russo.

A indicação dos interesses nacionais e objetivos básicos da Federação Russa na região do Ártico, e de como a política de estado da Rússia na região deve ser desenvolvida, são formadas em todos os quatro documentos, tornando evidente o objetivo final da política da Rússia em fazer uso do Ártico como base estratégica de recursos por acesso aos recursos naturais dentro das suas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE).

Segundo tais documentos, a Federação tem por objetivos: 1) usar os recursos para o desenvolvimento econômico; 2) construir o Ártico em pilares de paz e cooperação; 3) preservação ecológica e 4) desenvolver a Rota do Mar Norte, a favorecer as linhas de transporte nacionais, segurança militar e defesa do país através de suas fronteiras, firmando as forças armadas da Federação Russa na região. Os demais países comuns ao Ártico também são membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a OTAN; dilema que torna tênue as relações com a Rússia, fazendo esta ser preferível aos acordos bilaterais acerca do Ártico.

2. O OLHAR CHINÊS

A entrada da República Popular da China como membro observador no Conselho do Ártico em 2013, se deu sob o apoio da Federação Russa, vista com bons olhos por grande parte dos países pertencentes ao C.A., mesmo não sendo um membro permanente. Desde 2006, a China havia feito três tentativas frustradas de ser admitida como observador permanente. A eventual decisão do Conselho de admitir a China, juntamente com a Coreia do Sul, Índia e Japão, como observadores, foi solicitada com a intenção de que todos os quatro países contribuissem com grandes investimentos para a pesquisa do Ártico. Eis a primeira estratégia de expansão dos interesses marítimos chineses e capacidades, a fim de aumentar a influência do país em relação à economia global.

A partir disso, Putin vê a China como potencial investidor a longo prazo no NSR, principalmente pelos benefícios que ligariam a China à Europa no trânsito de cargas pela rota. A empresa russa de petróleo Rosneft e a China National Petroleum Corporation (CNPC) assinaram uma série de acordos sobre exploração nos mares de Barents e Pechora, as maiores áreas de petróleo inexploradas do mundo. O principal produtor de energia da Rússia, Novatek, também se associou à CNPC no projeto de gás natural liquefeito de Yamal, consoante afirmam RATNER; BELKIN; NICHOL; WOEHREL, (2013).

O contra-almirante chinês Yin Zhuo afirmou, conforme apontam Lackenbauer; Lajeunsse; Manicom; Lasserre, (2018), que a rota do Ártico pertence a todas as pessoas ao redor do mundo, visto que nenhuma nação tem soberania sobre isso. Ele argumenta que a China deve desempenhar um papel indispensável na exploração Ártica e deseja garantir o acesso às rotas marítimas a um custo razoável, e aumentar o seu potencial de acesso aos recursos e às zonas de pesca. Segundo o mesmo autor, a China tem hoje uma das maiores capacidades de pesquisa polar do mundo e já realizou cinco expedições de pesquisa no Ártico. Como a maior nação naval do mundo, 46% do PIB chinês está relacionado com a indústria marítima. Assim, qualquer mudança nas rotas marítimas terá impacto direto na economia chinesa, afetando a importação e a exportação, conforme aponta Conley, (2012).

Além de estarem fazendo parcerias com a Noruega e com a Rússia para aprimorar os conhecimentos em exploração de recursos em águas geladas, em 2013, foi anunciada a compra de 20% pelos chineses do projeto Yamal LNG, que deve, a partir de 2016, explorar 16,5 milhões de toneladas de gás natural do norte russo, requerendo investimentos que ultrapassam 20 bilhões de dólares, em conformidade com Sudbrack, (2013). Em maio de 2014, a Rússia e a China assinaram um acordo sobre o fornecimento de gás russo à China. O acordo também prevê investimentos chineses na infraestrutura necessária, consoante descrito em Netherlands, (2014).

Os interesses da China em relação ao Ártico têm crescido de forma constante e se tornaram parte do discurso estratégico chinês. Yamal não é o único grande projeto energético russo ligado a Pequim. Um oleoduto da estatal Gazprom, chamado Poder da Sibéria, tem três mil quilômetros e vai até a fronteira sudeste da China. Desde que Putin e o presidente chinês Xi Jinping

firmaram um acordo bilateral de fornecimento de gás em 2014, bancos e empresas chinesas já investiram mais de US\$40 bilhões em negócios russos no setor, de acordo com Sahuquillo, (2018).

Investir na capacidade nacional de pesquisa e promover a cooperação internacional em pesquisas científicas sobre questões ambientais e árticas, defesa da liberdade de navegação e exploração dos recursos naturais, são parte das políticas da China. Segundo Jalife-Rahme, (2018), a Rota Marítima do Norte é considerada pela China como a parte mais importante da Rota Polar da Seda, cujo potencial reduzirá o custo anual do comércio marítimo internacional em até 127 bilhões de dólares até 2020.

3. DE DALIAN A MURMANSK: A PARCERIA SINO-RUSSA IMPACTA NO SISTEMA INTERNACIONAL ?

Quanto aos conflitos existentes nesse espaço, ressalta-se que o interesse na defesa e segurança regional é comum aos países que constituem os exercícios militares do Ártico, como por exemplo a Noruega, que é envolvida como promotora dos ideais da OTAN, conforme destaca Smith-Windsor, (2013). É imprescindível salientar que quatro dos países do Conselho do Ártico são membros da OTAN. Pretende-se, portanto, apresentar como será o desenvolver desses impactos, que podem ou não modificar a organização territorial da autoridade política na região.

O Ártico tornou-se objeto de interesses territoriais, de recursos militares e estratégicos por parte de vários países, o que pode levar a um aumento do potencial de conflito na região, disse o ministro da Defesa da Rússia, Sergei Shoigu, consoante indica Russak, (2018). Após a anexação da Criméia e a crise no leste da Ucrânia, ambas no ano de 2014, às sanções da União Europeia para a Federação Russa têm delineado instabilidade na região ártica, conforme aponta Netherlands, (2014), delineando a possibilidade de não conseguir chegar a um diálogo entre as potências do Ártico, conduzindo novamente para se tornar a arena favorável a uma corrida armamentista, com a perspectiva de mais patrulhas e exercícios militares em atividade.

A soberania, a segurança e o desenvolvimento refletem os principais interesses nacionais dos dois países, estreitando as relações que foram ratificadas desde 2001 através do Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável, consoante a Federação Russa, (2001). Moscou e Pequim enfatizam, dessa forma, respeito pelo direito dos Estados de escolher seu próprio caminho de desenvolvimento e sistema sociopolítico, e que as disputas interestatais devem ser resolvidas pacificamente por meios políticos e diplomáticos.

A relação energética entre China e Rússia é mais sólida do que em qualquer outro momento da última década. Agora, devido a fatores geopolíticos como as sanções e a guerra comercial entre Estados Unidos e China, ela está sendo intensificada, conforme afirma Sahuquillo, (2018).

Essa aproximação entre os dois países busca, desde 2001, selar interesses nas searas política, militar, tecnológica e cooperação econômica. Em oportunidades de comércio e investimento, infra-estruturas e humanitárias, o interesse primário da Federação Russa é a busca por desenvolvimento e modernização, bem como minimizar os efeitos das sanções do Ocidente sobre sua economia, consoante salienta Gonçalves, (2018).

De acordo com o Conceito de Política Externa de 2016 da Federação Russa, Federação Russa, (2016), a concordância da Rússia e as abordagens fundamentais da China para resolver os principais problemas da política global é vista como um dos componentes básicos da estabilidade regional e global. Durante a visita do Presidente Putin em junho de 2016 à China, as partes adotaram uma Declaração Conjunta sobre o Fortalecimento da Estabilidade Estratégica Global, em consonância com a Federação Russa, (2015). O documento não é apenas um novo passo no desenvolvimento das relações Rússia-China, mas a contribuição da Rússia e da China para a formação de um conceito moderno de estabilidade estratégica nas relações internacionais.

No nível militar, Luzyanin; Huasheng, (2017) destacam o desejo em preservar o potencial militar dos Estados no nível mínimo exigido para atender às necessidades de segurança nacional; abstendo-se deliberadamente da construção militar e da expansão de alianças políticas militares que outros membros da comunidade internacional poderiam considerar uma ameaça à sua segurança nacional e, a partir disso, a resolução de desacordos através de um diálogo positivo e construtivo; e reforçar a confiança e cooperação mútuas.

Dados da China mostram que o faturamento do comércio bilateral cresceu 2,3% em 2016 em relação a 2015, enquanto os dados russos mostram um crescimento de 4% (até US \$69,6 bilhões e US \$66,1 bilhões, respectivamente), conforme destaca Luzyanin; Huasheng, (2017). Deve-se notar que esta tendência positiva nas relações bilaterais emergiu em meio a uma grande queda no comércio global como um todo, e uma queda do comércio da China com a maioria de seus maiores parceiros. O apoio da China em sua relação econômica com as economias emergentes, visa fornecer capital necessário, tornando-se um mercado insubstituível para seus bens e uma fonte importante para o influxo de capital nesses países.

Entre as decisões tomadas em 2016 para incentivar a cooperação transfronteiriça, está um importante acordo para estabelecer a “Comissão Intergovernamental de Cooperação e Desenvolvimento do Extremo Oriente Russo e da Região de Baikal e Nordeste da China” para gerir o quadro de reuniões regulares entre os chefes de governo dos dois países.

No mesmo ano, o embaixador da China na Federação Russa, Li Hui, disse que a Rússia, como o maior vizinho e parceiro estratégico da China, é um participante essencial da iniciativa de construir a Rota da Seda, pela qual desfruta de benefícios substanciais, consoante afirmam Luzyanin; Huasheng, (2017), a Iniciativa Belt and Road anunciada pelas administrações da Rússia e da China em 2015, tornou-se um dos tópicos mais discutidos, tanto na mídia quanto no nível do Estado. A China acredita que a Rússia seja um parceiro estratégico na região da Eurásia e espera buscar cooperação com Moscou para a promoção abrangente dos laços na Eurásia.

O “Território é Poder”, conforme descreve Friedrich Ratzel, (1988) no conceito de espaço vital enquanto condições para consolidação do poder estatal sobre o seu território, sendo este, meio fundamental para fortalecimento da relação do estado com seu povo. Ratzel afirma que as sociedades aptas a desenvolver seu poder organizacional, defesa e estratégia, fariam isso por meio dos seus territórios.

Em complemento a isso, Krasner, (2010) define Grande Estratégia como um conceito que descreve o mundo como ele é, visiona como ele deve ser e especifica um conjunto de políticas para atingir essa orientação. Autores geopolíticos russos como Dugin, (2000) Tsygankov, (2003), Sidorov, (2006) e

Simonov, (2006) convergem no pensamento propriamente geopolítico russo de defesa do seu espaço: ensejam a necessidade de entender a Rússia não somente e para além do expansionismo por tradição, mas hoje como necessidade de reafirmar-se em busca de reconquistar seu espaço como grande potência herdeira da URSS.

Unir a tradição histórica, chamada pelos autores de Ortodoxia Russa, com o mapeamento de estratégias que vão desde políticas domésticas à sua projeção no meio internacional, passando pelo alinhamento com potências regionais que sejam suporte para este fim, tendo como obstáculo seus próprios desnivelamentos em política interna, uma economia ainda instável e ameaças de atores externos em expansão ao leste europeu como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Kolosov e Mironenko, (2001), Gadzhiyev, (2000), Gerhardt; Steinberg; Tasch; Fabiano; Shields, (2000), Tsygankov, (2003) e Soroka, (2006) tratam de uma nova geopolítica russa: os autores não veem a identidade da Rússia em termos de associação com o Oriente, muito menos somente voltada ao Ocidente, mas propõem a compreensão da sua auto imagem tão presente e singular em suas jogadas políticas e os interesses do país, quando relacionados às suas fronteiras e localização no globo.

Para eles, a Rússia continua a ser o maior poder transcontinental que une os países vizinhos, um paralelo com o pensamento de Alfred Mahan, conforme destaca France, (2000), sendo privilegiada pela localização intermediária entre a Europa e a Ásia. Enfatizam o papel promissor da Rússia na Eurásia, ao afirmar que o país deve abandonar o velho pensamento geopolítico, visando desenvolver uma estratégia especial para a presença do país na região.

Já a China representa hoje a segunda maior economia do planeta e trader fundamental em diversos países no mundo. Presente na economia de países emergentes às grandes potências, peça-chave como importador global, ao ganhar espaço e visibilidade, ocupou também o posto de possíveis ameaças para equilíbrio na balança de poder mundial.

Conforme descreve Waltz, (2000) e Wohlforth, (1995), ao tratar de Realismo Estrutural: defendiam uma nova teoria após o fim da Guerra Fria, perante a descrença dos demais estados ao adentrar no jogo da balança de poder, tornando-se um polo de poder com uma visão estratégica, em defesa dos

seus interesses nacionais projetadas em um contexto global. O governo chinês hoje se encaixa nesses termos, combinando objetivos diplomáticos e de segurança com metas econômicas, presença regional forte não somente bilateral, mas multilateralmente, em blocos econômicos regionais asiáticos e até intercontinentais.

A perspectiva neorrealista, como disse Wohlforth, (1995), sustenta uma análise que a teoria realista não pôde confirmar por ser fraca em explicar acontecimentos mundiais, como o fim da Guerra Fria. Eles descrevem a recente mudança internacional principalmente como resultado do declínio relativo do poder soviético condicionado pela distribuição global de poder. A partir de então, a Federação Russa adquire uma postura ainda autoritária e expansionista, em busca de sua reconstrução pós-guerras, mas que reconhece a necessidade de alianças e união com potências regionais para fortalecer seu poder de barganha, de grande peso no cenário mundial, principalmente em relação à eurásia.

A economia soviética foi planejada para que suas partes distantes não fossem apenas interdependentes, mas integradas. Postura está, ainda presente nos moldes geopolíticos da Federação Russa, visando integrar potências próximas, a favorecer seu bem comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política externa sino-russa para o Ártico configura-se como um tema central no cenário geopolítico contemporâneo, marcada tanto pela cooperação estratégica quanto por potenciais áreas de tensão. A crescente importância do Ártico, impulsionada por seus vastos recursos naturais e pela abertura de novas rotas marítimas devido ao derretimento do gelo polar, tem intensificado o interesse de diversos países, incluindo Rússia e China, o que, por sua vez, levanta questões sobre a governança regional e a sustentabilidade ambiental. Embora a cooperação sino-russa no Ártico traga benefícios mútuos, como investimentos chineses no desenvolvimento dos projetos russos de exploração de recursos e acesso da China a rotas marítimas estratégicas, a parceria não está isenta de desafios.

As desconfianças históricas e a divergência de interesses, além das pressões externas de outras potências árticas, como os Estados Unidos, adiciona complexidade à relação. Esta parceria pode ser interpretada como uma resposta ao domínio tradicional das potências ocidentais na região, representando um esforço conjunto para desafiar a ordem internacional estabelecida e promover uma visão alternativa de governança e cooperação no Ártico.

O sucesso duradouro dessa colaboração dependerá da capacidade de Moscou e Pequim de superar tais desafios, construindo uma relação fundamentada na confiança, transparência e respeito mútuo, além da promoção de práticas responsáveis e sustentáveis na exploração de recursos, com a criação de um arcabouço legal e ético que garanta a proteção ambiental e os direitos das comunidades locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONLEY, H. A. A New Security Architecture for the Arctic: An American Perspective. Washington, D.C.: Center for Strategic & International Studies (CSIS), 2012. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/new-security-architecture-arctic> (Acesso em: 24 de junho de 2024).

DUGIN, A. ОСНОВЫ ГЕОПОЛИТИКИ (Osnovy Geopolitiki). Bases da Geopolítica. Moscou: Arktogeya, 2000.

FEDERAÇÃO RUSSA. Договор о добрососедстве, дружбе и сотрудничестве между Российской Федерацией и Китайской Народной Республикой (Dogovor o dobrososedstve, druzhbe i sotrudnichestve mezhdu Rossiyskoy Federatsiyey i Kitayskoy Narodnoy Respublikoy). Tratado de boa vizinhança, amizade e cooperação entre a Federação Russa e a República Popular da China, 2001.

FEDERAÇÃO RUSSA. Концепция Долгостройно Социал-экономическое развитие Российской Федерации (Kontsepsiya Dolgostroyno Sotsial'no-ekonomicheskoye razvitiye Rossiyskoy Federatsii). Concepção do Desenvolvimento de Longo Prazo da Federação Russa, 2008a. Disponível em: <http://government.ru/info/6217/> (Acesso em: 24 de junho de 2024).

FEDERAÇÃO RUSSA. Стратегическое развитие Арктической зоны Российской Федерации и обеспечение национальной безопасности на

период до 2020 года (Strategicheskoye razvitiye Arkticheskoy zony Rossiyskoy Federatsii i obespecheniye natsional'noy bezopasnosti na period do 2020 goda). Desenvolvimento Estratégico da Zona Ártica da Federação Russa e garantia da Segurança Nacional para o período até 2020, 2008b. Disponível em: <https://arctic.gov.ru/FilePreview/14321246-635e-e511-80bf-e14c6e493e30?nodeId=4370391e-a84c-e511-825f-10604b797c23> (Acesso em: 24 de junho de 2024).

FEDERAÇÃO RUSSA. Об утверждении Стратегии развития железнодорожного транспорта в Российской Федерации до 2030 года и плана мероприятий на 2008-2015 годы по ее реализации (Ob utverzhdenii Strategii razvitiya zheleznodorozhnogo transporta v Rossiyskoy Federatsii do 2030 goda i plana meropriyatiy na 2008-2015 gody po yeye realizatsii). Estratégia de desenvolvimento do transporte ferroviário da Federação Russa até 2030 e plano de ação para 2008-2015 para sua implementação, 2008c. Disponível em: <http://docs.cntd.ru/document/902111037> (Acesso em: 24 de junho de 2024).

FEDERAÇÃO RUSSA. Энергетическая стратегия Министерства энергетики России на период до 2030 года (Energeticheskaya strategiya Ministerstva energetiki Rossii na period do 2030 goda). A Estratégia Energética do Ministério da Energia da Rússia para o período até 2030, 2010. Disponível em: [http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_\(Eng\).pdf](http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_(Eng).pdf) (Acesso em: 24 de junho de 2024).

FEDERAÇÃO RUSSA. The fundamentals of state policy of the Russian Federation in the Arctic in the period up to 2020 and beyond. Moscou: Conselho de Segurança da Federação Russa, 2013.

FEDERAÇÃO RUSSA. Совместная декларация об укреплении глобальной стратегической стабильности (Sovmestnaya deklaratsiya ob ukreplenii global'noy strategicheskoy stabil'nosti). Declaração Conjunta sobre o Fortalecimento da Estabilidade Estratégica Global, 2015.

FEDERAÇÃO RUSSA. The Russian Federation's National Security Strategy. 2015. Disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/OtrasPublicaciones/Internacional/2016/Russian-National-Security-Strategy-31Dec2015.pdf> (Acesso em: 24 de junho de 2024).

FRANCE, M. Mahan's Elements of Sea Power Applied to the Development of Space Power. National Defense University National War College. Washington, DC, USA. 2000. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/tr/pdf/ADA432784.pdf> (Acesso em: 24 de junho de 2024).

GADZIYEV, K. S. Введение в geopolitiki (Vvedeniye v geopolitiky). Introdução à Geopolítica. Moscou: Logos, 2000.

GERHARDT, H.; STEINBERG, E. P.; TASCH, J.; FABIANO, J. S.; SHIELDS, R. Contested Sovereignty in a Changing Arctic. [S.I.]: University of Colorado - Health Science Library, Routledge, 2014. Disponível em:

<https://philsteinberg.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/05/contested-sovereignty-nocover-7.pdf> (Acesso em: 24 de junho de 2024).

GONÇALVES, F. Rússia e China em jogos de guerra. CM Jornal, [S. I.], 29 ago. 2018. Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/russia-e-china-em-jogos-de-guerra> (Acesso em: 24 de junho de 2024).

JALIFE-RAHME, A. Rússia e China trabalham juntas pela Rota Polar da Seda. Carta Maior, [S. I.], 2018. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Poder-e-ContraPoder/Russia-e-China-trabalham-juntas-pela-Rota-Polar-da-Seda/55/39445> (Acesso em: 24 de junho de 2024).

KOLOSOV, V. A.; MIRONENKO, N. S. Геополитика и политическая география (Geopolitika i politicheskaya geografiya). Geopolítica e Geografia Política. Moscou: Aspekt Press, 2001.

KRASNER, S. D. An orienting principle for foreign policy. Policy Review, [S. I.], out. 2010. Disponível em: <https://www.hoover.org/research/orienting-principle-foreign-policy> (Acesso em: 24 de junho de 2024).

LACKENBAUER, P. W.; LAJEUNSSE, A.; MANICOM, J.; LASSEUR, F. China's Arctic ambitions and what they mean for Canada. Calgary: University of Calgary Press, 2018. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/200718/1/978-1-55238-903-4.pdf> (Acesso em: 24 de junho de 2024).

LUZYANIN, S. G; HUASHENG, Z. Russian Chinese Dialogue: The 2017 Model (Report N. 33/2017). Moscou: Russian International Affairs Council (RIAC), 2017. Disponível em: <https://russiancouncil.ru/en/activity/publications/russian-chinese-dialogue-the-2017-model/> (Acesso em: 24 de junho de 2024).

NETHERLANDS, The. The future of the Arctic Region: Cooperation or Confrontation? Haia: Advisory Council on International Affairs, 2014. Disponível em: <https://www.advisorycouncilinternationalaffairs.nl/documents/publications/2014/09/05/the-future-of-the-arctic-region> (Acesso em: 24 de junho de 2024).

RATNER, M., BELKIN, P., NICHOL, J., WOEHREL, S. Europe's Energy Security: Options and Challenges to Natural Gas Supply Diversification. CRS Report for Congress, March 15, 2013.

RATZEL, F. La géographie politique. Les concepts fondamentaux. Paris: Fayard, 1988.

RUSSAK, I. Ministro da Defesa russo afirma que há ameaça de conflitos no Ártico News. *Sputnik* (2018). Disponível em: <https://br.sputniknews.com/defesa/2018083112099664-ministro-defesa-russo-ameaca-conflito-artico/> (Acesso em: 24 de junho de 2024).

SAHUQUILLO, M. Sob sanções do Ocidente, Rússia se alia à China para explorar o Ártico. O Globo, [S.I.], 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/sob-sancoes-do-ocidente-russia-se-alia-china-para-explorar-artico-23331249> (Acesso em: 24 de junho de 2024).

SIDOROV, D. Post-Imperial Third Romes: Resurrections of a Russian Orthodox Geopolitical Metaphor. Geopolitics, [S.I.], 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/36222879/Post-Imperial-Third-Romes-Resurrections-of-a-Russian-Orthodox-Geopolitical-Metaphor> (Acesso em: 24 de junho de 2024).

SIMONOV, K.V. Энергетическая сверхдержавка (Energeticheskaya sverkhderzhavka) [Superpotência de Energia]. Moscou: Algoritm, 2006.

SMITH-WINDSOR, B. A. Putting the "N" back into NATO: A High North policy framework for the Atlantic Alliance? Roma: NATO Defense College, 2013. (Research Paper Division NATO Defense College, Rome, No. 94, July 2013).

SOROKA, G. The Political Economy of Russia's reimagined Arctic. Arctic Yearbook, [S.I.], 2016. Disponível em: https://arcticyearbook.com/images/yearbook/2016/Scholarly_Papers/14.Soroka.pdf (Acesso em: 24 de junho de 2024).

SUDBRACK, L. Jogos de poder no Ártico: um reflexo do sistema internacional em transformação. II Seminário de Iniciação Científica ESPM, São Paulo, 2013.

TRENIN, D. The End of Eurasia: Russia on the Border Between Geopolitics and Globalization. Moscou: Carnegie Moscow Center, 2003.

TSYGANKOV, A. Mastering Space in Eurasia: Russia's Geopolitical Thinking after the Soviet Break-Up. Communist and Post-Communist Studies, [S. I.], n. 36, 2003. Disponível em: <https://documentsdelivered.com/source/043/936/043936279.php> (Acesso em: 24 de junho de 2024).

WALTZ, K. N. Structural Realism after the Cold War. International Security, [S.I.], v.25, n. 1, p. 5–41, 2000. Disponível em: https://www.guillaumenicaise.com/wp-content/uploads/2013/10/Waltz_Structural-Realism.pdf (Acesso em: 24 de junho de 2024).

WOHLFORTH, C. W. Realism and the End of the Cold War. International Security, [S. I.], v. 19, n. 3, p. 91-129, 1995. Disponível em: https://faculty.washington.edu/caporaso/courses/203/readings/wohlforth_Rrealism_and.pdf (Acesso em: 24 de junho de 2024).

A MERCANTILIZAÇÃO DA ÁGUA SOB O NEOLIBERALISMO: ESTUDO DOS CASOS COCHABAMBA & ACCRA

RODRIGUES, Marianna de Oliveira²

RESUMO

Esta pesquisa, de caráter qualitativo, possui como objetivo principal a investigação acerca da mercantilização dos recursos hídricos sob a ótica econômica ocidental, regida desde o Consenso de Washington até os dias atuais, pelo viés do neoliberalismo. Para erigir este estudo, analisa-se as premissas conceituais que norteiam o fenômeno da mercantilização de bens comuns, como os recursos naturais, e traz-se como estudos de caso a Guerra da Água de Cochabamba (ocorrida na no Estado Plurinacional da Bolívia, no ano de 2000) e a Privatização da água em Accra (ocorrido na República de Gana, no ano de 2006). Intenciona-se com isso clarificar os interesses neoliberais em torno da água e suas mais diversas utilidades dentro de um sistema econômico, e evidenciar como tal abordagem pode ser nociva para as estratégias de mitigação das mudanças climáticas, para a manutenção do desenvolvimento sustentável e para as dinâmicas securitárias dos países, principalmente daqueles pertencentes ao Sul Global.

Palavras-chave: Hidropolítica. Neoliberalismo. Meio Ambiente. Cochabamba. Accra.

² Doutoranda e Mestra em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Bacharela em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). Pesquisadora associada ao Instituto de Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE) e ao Laboratório de Estudos de Defesa e Segurança (LEDS-UniRitter). Especialista em Hidropolítica e Geopolítica da Água no Sul Global. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2313622364568146>. Contato: marianna.oliveira08@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O modelo econômico neoliberal e a exploração desenfreada dos recursos naturais são duas esferas que caminham lado a lado, uma vez que há o entendimento de que os recursos naturais, são grandes ativos estratégicos no que tange ao estabelecimento dos sistemas produtivos e econômicos dos Estados contemporâneos.

No caso da água, há ainda o fato de sua necessidade à vida humana e tudo que permeia sua subsistência. Todavia, conforme o sistema capitalista neoliberal expande sua atuação, principalmente na esfera ocidental do globo, cresce o interesse na exploração, uso e domínio de tais recursos.

É desta forma que emergem fenômenos como a privatização, a mercantilização e a financeirização de recursos naturais, de modo a criar uma lógica acumulativa em torno de recursos primordiais para a vida em sociedade. Com isto em mente, este artigo objetiva analisar como ocorreram os processos de mercantilização dos recursos hídricos em duas regiões distintas, mas que tiveram resultados semelhantes no que se refere à efetividade da resistência anti privatização. Para isso, optou-se pelos casos de Cochabamba, importante cidade boliviana, e de Accra, capital do Estado de Gana. O objetivo central desta pesquisa é responder ao questionamento de como diferentes Estados, em diferentes dinâmicas regionais periféricas, se relacionam diante do mesmo fenômeno: a transformação de seus recursos hídricos em ativos financeiros.

Valendo-se do referencial teórico marxista, analisa-se ambos os casos pela ótica da acumulação primitiva, vista em Karl Marx, (1867) e acumulação por espoliação, elaborada por David Harvey, (2003; 2011) e revisitada por Jason W. Moore, (2015). Em seus estudos, Marx teoriza que o capital é um produto da acumulação gerada através da expropriação de recursos dos trabalhadores. Já no trabalho de Harvey e Moore, que revisitam a obra marxista, o argumento é de que o capitalismo nunca deixou de lado a acumulação primitiva, porém esta assumiu novas formas sob a ótica do neoliberalismo. Isto é, seus modus operandi hoje se dá por meio de privatização massivas de bens públicos e recursos naturais, expropriação de terras indígenas e periféricas, financeirização de setores que antes não eram vistos como ativos econômicos e instrumentalização de dívidas públicas e crises financeiras como ferramentas de

controle e pressão política.

De modo a construir uma linha de raciocínio coesa dentro desta análise, o artigo estrutura-se em três partes. Na primeira, faz-se revisão dos conceitos que abarcam a lógica neoliberal, que embasam a corrida pela geração de lucro em cima dos recursos naturais. Em um segundo momento analisa-se como se deu a crise hídrica em Cochabamba (2000), a partir das relações entre os setores público e privado, e quais foram seus efeitos sobre a população. E numa terceira seção, aborda-se a crise hídrica em Accra (2006) e suas semelhanças e diferenças diante de um mesmo fenômeno.

1. O NEOLIBERALISMO E A PRIVATIZAÇÃO DE BENS COMUNS

A relação entre o neoliberalismo e a exploração insustentável de recursos naturais já é largamente conhecida no campo de estudos da Economia e das Relações Internacionais. Isto porque, parte da lógica histórica de acumulação primitiva e contínua, analisada por Marx em “O Capital: Crítica da Economia Política, Volume I”, conforme aponta Marx, (1867). No modelo capitalista, desde seu surgimento, os recursos naturais são explorados, acumulados e convertidos em insumos para a geração de riquezas, sejam elas financeiras (oriundas dos insumos produtivos, como terras, produções agrícolas ou minerais) e energéticas (oriundas do petróleo, gás ou da água), recursos esses tidos como bens comuns.

Se a lógica da acumulação primitiva foi o que permitiu a emergência do capitalismo como sistema produtivo e gerador de riquezas, através da expropriação violenta de terras, recursos e trabalho humano; a lógica da acumulação contínua foi o que permitiu a manutenção deste sistema, através da lógica produtiva expansionista e da mercantilização de novas esferas da vida, que não faziam parte da lógica do mercado, sendo transformadas em novas fontes de extração da mais-valia e criando novos espaços para a acumulação.

Nestas novas esferas de exploração da mais-valia, podemos incluir: i) recursos naturais e bens comuns — como a água e a privatização dos sistemas de abastecimento e a mercantilização via títulos financeiros ; o ar e as emissões de carbono onde identificamos a criação do mercado e créditos de

carbono que comercializa permissões para emissões de gases poluentes ; a biodiversidade e a biopirataria, onde há décadas já vemos o patenteamento de organismos vivos, sementes geneticamente modificadas e conhecimentos tradicionais da cultura indígena sendo apropriados por grandes redes farmacêuticas e agroindustriais, conforme indica Swyngedouw, (2005) ; ii) o corpo e a vida humana — como a esfera da saúde e biotecnologia, onde há a privatização de sistemas de saúde, o registro de patentes sobre medicamentos essenciais e a financeirização de setores biomédicos, responsáveis pela precificação de tratamentos ; a esfera de reprodução e genética, na qual ocorre a comercialização de gametas, aluguel de úteros e a manipulação genética para fins comerciais ; e a esfera de órgãos humanos vitais, sobre o qual atua o crescente mercado de transplantes, que gera novas problemáticas para a esfera securitária a partir das desigualdades globais, como é o caso do turismo de transplantes e o tráfico de órgãos em países periféricos; e as redes ligadas ao neurocapitalismo, onde há a comercialização de dados cerebrais e desenvolvimento de tecnologias para monetizar a cognição, como as interfaces cérebro-máquina financiadas por grandes corporações como a Neuralink, segundo apontam Cooper; Waldby, (2014); Scheper-Hughes, (2000); Lesaja; Palmer, (2020).

Outras esferas também podem ser listadas são: iii) sociedade e cultura — incluindo esferas como a educação, onde já se vislumbra a financeirização da educação superior, na qual as universidades se transformaram em grandes corporações, e a criação de mercados financeiros voltados à concessão de empréstimos estudantis ; esfera de segurança e defesa, onde evidencia-se a privatização dos serviços militares e a expansão de empresas não-estatais na segurança de diversas esferas do Estado, como a Blackwater ; a esfera do sistema penal, no qual há o crescimento das prisões administradas pela esfera privada, criadas a partir de uma necessidade gerada pelo aumento exponencial da população carcerária e a superlotação das prisões federais, principalmente em países como os EUA ; e a esfera da cultura e criatividade, que capitalizam bens culturais através de plataformas digitais, monetizando a criação artística via algoritmos e extração de dados, como podemos observar em plataformas como Spotify e Youtube) ; e iv) a vida digital e os dados pessoais — aonde vemos as microesferas da economia da atenção, fenômeno em que as corporações

transformam o tempo de atenção dos usuários em mercadoria, através da publicidade e da manipulação do comportamento digital via algoritmos; da financeirização dos dados, esfera na qual informações pessoais são coletadas e vendidas como ativos financeiros para empresas dos ramos do marketing e da segurança cibernética; e a tokenização da identidade, que configura-se como a utilização dos blockchains para mercantilizar aspectos identitários como cidadania digital e créditos sociais, como hoje são utilizados em projetos de identidade digital para refugiados e imigrantes e demais mercados vinculados à emissão de vistos e documentos de legalidade entre vários países, consoante indicam Mota, (2020); Friedrich; Philippi, (2020).

À parte destes vários fenômenos, dentro da lógica capitalista, os recursos naturais são percebidos e abordados como mercadorias intrinsecamente ligadas ao funcionamento das cadeias produtivas globais, que agem dentro da lógica da expropriação de terras e recursos para geração e acumulação de riquezas, segundo destaca Marx, (1867).

Com a expansão das cadeias produtivas e do viés neoliberal pós-Consenso de Washington — que atravessaram o meados do século XX e se mostram cada vez mais fortes no século XXI —, a exploração dos recursos se intensificou progressivamente, conduzindo às práticas de mercantilização de bens comuns, de desregulação estatal e de ampliação do papel da esfera privada na gestão dos recursos naturais, pilares primordiais dentro da esfera neoliberal.

Segundo Rafael Flores (2009, p. 57): “O neoliberalismo é uma prática política que, através da supremacia do capital, tornou-se a forma hegemônica pela qual se alcança o desenvolvimento”, sendo considerado o modelo de desenvolvimento padrão na sociedade ocidental, através do qual se mede o nível de poder e riqueza de uma nação. Carregado de um ideário que advoga contra o poder do Estado e sua capacidade de prover os insumos básicos à subsistência das sociedades, o neoliberalismo é visto como a “demissão” do Estado enquanto sociedade política, conforme afirma Bourdieu; Wacquant, (2005) e a transferência de suas responsabilidades em termos de suprimento de demandas e serviços às mãos do livre mercado, que as administraria a partir da lógica de competitividade, se encarregando da melhoria e da redução dos preços de serviços básicos à sociedade civil, conforme aponta Flores, (2009).

Apesar do polêmico debate acerca da efetividade desse deslocamento de funções — uma vez que, segundo Gramsci, (1989), não se pode separar o Estado da sociedade civil —, houve larga flexibilização das regulações ambientais e incentivos à privatização de bens comuns considerados valiosos ao sistema econômico, como terras agrícolas (fortemente disputadas pelo agronegócio, principalmente atrelado à exportação) e minérios (ligados à fabricação de produtos de alto valor agregado).

Dentre estes, o recurso mais disputado e debatido no âmbito da flexibilização legal e apropriação privada é a água. Isto porque se trata de um recurso essencial, porém finito, do qual dependem todas as nações, independentemente de seu status na hierarquia internacional. Os recursos hídricos chamam atenção pela constante modificação nos volumes de seus rios e bacias que, numa combinação entre mudanças climáticas e exploração insustentável, apresentam tendências cada vez maiores de retração e até mesmo de escasseamento, conforme aponta Rodrigues, (2021). Por isso, há décadas são gerados debates em ambos os lados: o da preservação ambiental, e o da exploração lucrativa e seus impactos no acesso e distribuição da água, consoante indica Swyngedouw, (2005).

As práticas atreladas ao ideário neoliberal são responsáveis por reforçar as desigualdades estruturais oriundas da divisão internacional do trabalho³ — tanto no ambiente micro, entre as divisões e classes dentro de um mesmo Estado; quanto no ambiente macro do sistema internacional e nas interações entre os Estados e demais agentes. Assim, evidencia-se a disparidade entre Norte e Sul Global, conduzindo a um ambiente hostil, onde há dominância de alguns Estados em detrimento de outros.

Deste modo, as nações consideradas periféricas — pertencentes, em sua grande maioria, ao Sul Global — se tornaram os epicentros da extração de matérias-primas e recursos naturais, tendo incluído em suas agendas recentes preocupações com as questões ambientais, sociais, e geopolíticas. O desequilíbrio de poder entre Norte e Sul global gera pressões que podem, no

³ Uma das características primordiais do sistema capitalismo liberal, configura-se através da divisão Centro-Periferia, na qual as nações consideradas desenvolvidas se especializam na produção e comercialização de bens industrializados e serviços de alto valor agregado, e os países considerados subdesenvolvidos se especializam na produção e exportação de matérias-primas e produtos de baixo valor agregado, reforçando relações de dependência e subdesenvolvimento, segundo afirmam Wallerstein, (1974); Hirata, (2018).

longo prazo, se transformar em litígios ou conflitos, como é o caso dos eventos analisados neste artigo, ambos ocorridos em países considerados periféricos: Bolívia e Gana.

Visando compreender a influência do Neoliberalismo no aumento das tensões geopolíticas e até mesmo dos conflitos, neste artigo trabalha-se com os conceitos de Privatização, Mercantilização e Financeirização de bens comuns como a água. Em linhas gerais, a Privatização configura-se como a transferência da propriedade/controle de recursos ou serviços públicos para o setor privado. Tal fenômeno se utiliza da base conceitual do neoliberalismo — que traz à tona a eficiência de mercado e a redução do papel do Estado na economia — para justificar as alternâncias nas dinâmicas de uso e domínio de bens comuns, segundo comenta Hayek, (1944).

A crítica mais frequentemente tecida ao fenômeno da Privatização é a desigualdade estrutural gerada, por tornar recursos e serviços essenciais — como água, energia e transporte, antes acessíveis de maneira universal —, em ativos que passam a depender do poder de compra de determinada sociedade. Tal processo acaba por criar problemas como a concentração de mercado e os oligopólios⁴, ao invés da almejada eficiência e competição mercadológica, consoante aponta Harvey, (2005).

No que tange a Mercantilização, trata-se do fenômeno que ocorre quando um recurso/serviço não pertencente à lógica de mercado passa a ser tratado como uma mercadoria. Não implica necessariamente na transferência de propriedade, mas se traduz na lógica de precificação e na geração de escassez artificial, a fim de gerar dinâmicas de compra e venda. Se justifica através do conceito marxista de reificação e fetichismo da mercadoria⁵, que traduz no fenômeno em que bens de valor social são transformados em mercadorias, segundo afirma Marx, (1867).

A principal crítica a este processo é que leva à ruptura dos direitos sociais,

⁴ Estrutura de mercado que se caracteriza pela presença de um pequeno número de grandes empresas que dominam a oferta de determinado bem ou serviço, exercendo forte influência no que tange às alternâncias de preços e condições de concorrência. O maior exemplo de oligopólio que podemos citar é no setor petrolífero mundial, dominado pelas gigantes ExxonMobil, Shell, BP e Chevron, responsáveis pelas principais mudanças na lógica da economia petrolífera, de acordo com Stigler, (1964); Tirole, (1988).

⁵ É definido no Dicionário do Pensamento Marxista, segundo Bottomore, (1988), como a relação social entre produtores, relação que coloca diferentes modalidades e quantidades de trabalho em equivalência mútua enquanto valores. Pode ser considerada ainda como uma relação que existe não entre os produtores em si, e sim entre os produtos de seus trabalhos.

uma vez que ignora externalidades sociais e ambientais, considerando na equação apenas sua viabilidade econômica. Já a Financeirização, configura-se como um estágio mais avançado da mercantilização, no qual os bens tangíveis e intangíveis de caráter comum são convertidos em ativos financeiros especulativos, deslocando seu controle do âmbito estatal ou das empresas para o mercado financeiro global, ficando à mercê de suas oscilações, facilmente manipuladas em prol da geração de lucros, de acordo com Bayliss, (2014)

Para o enfoque desta pesquisa, debruça-se com mais afinco sobre o fenômeno da mercantilização, visando entender como as decisões políticas e econômicas que levaram os Estados boliviano e ganês à tomada de decisão em prol da mercantilização da água resultaram na ascensão de litígios, e como sua intensificação pode trazer um possível cenário conflitivo para suas dinâmicas regionais, respectivamente na América do Sul e África Ocidental.

2. A GUERRA DE COCHABAMBA (2000): ESCASSEZ, MÁ DISTRIBUIÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA ÁGUA NA BOLÍVIA

O conflito da água ocorrido na cidade boliviana Cochabamba no ano de 2000, pode ser visto como um dos episódios mais emblemáticos dos países periféricos no que se refere à resistência contra a lógica econômica neoliberal, que busca a mercantilização dos recursos hídricos. Situado no contexto da governança hídrica global, o caso de estudo aqui analisado exemplifica muito bem as dinâmicas acumulação por espoliação e alienação do controle do Estado, em prol do domínio de grandes organismos financeiros internacionais.

A Bolívia foi o segundo país do Cone Sul a dar início à implementação de práticas neoliberais, estruturadas pela ótica “menos Estado e mais mercado”, conforme afirma Portugal, (2007), lógica mercadológica que se consolidou ao longo das décadas de 1980 e 1990, período no qual o Estado boliviano se recuperava de mais de duas décadas de ditadura militar. Através da Nova

Política Econômica (NPE), o país andino passou por uma série de reestruturações políticas e econômicas, que se baseavam na liberalização dos mercados aos investimentos estrangeiros e na diminuição da participação do

setor público nas decisões do Estado, consoante declara Drumond, (2015).

Cochabamba, a terceira maior cidade da Bolívia situada a leste da Cordilheira dos Andes, é abastecida pelo Rio Rocha (nascente do Rio Grande) que pertence ao sistema hídrico da grande Bacia Amazônica, possui uma complexa historicidade quanto às dinâmicas de acesso, gestão e distribuição da água. Segundo Drumond (2015, p. 191):

O vale central de Cochabamba foi povoado no período pré-colonial por etnias ligadas à cultura Inca. Segundo a forma organizacional de tal etnia, cada grupo populacional mantinha um território com terra e água para uso comum e a cada nova divisão territorial se levava em conta também a partilha destes recursos. [...] tais práticas moldaram a forma como estas comunidades se relacionam com os recursos hídricos, estabelecendo formas organizacionais tradicionais, bem como as premissas para o direito à água e os padrões de distribuição, manutenção e desenvolvimento sistema hidráulico.

No que tange ao âmbito físico, sua geografia lhe confere uma posição situada numa região semi árida, na qual a disponibilidade hídrica é naturalmente limitada, conforme afirma Drumond, (2015). Soma-se a isso as dinâmicas decorrentes do desenvolvimento humano e econômico, como a crescente urbanização, que combinadas com infraestrutura precária e uma distribuição desigual do recurso, intensificaram a escassez, impactando sobretudo as comunidades de baixa renda.

O crescimento de Cochabamba e de seus arredores como importantes eixos de abastecimento agrícola para a capital La Paz, implicou no aumento exponencial da demanda hídrica regional, todavia o sistema hidrológico local era historicamente ineficiente em seu atendimento. Já antes da privatização, contava com apenas 51% da população de Cochabamba com acesso regular à água encanada, enquanto as áreas periféricas dependiam de caminhões-pipa ou poços artesanais, com um custo significativamente maior, de acordo com Prfimer, (2010). Esse cenário reflete não apenas um problema de escassez física de água, mas também uma crise de governança e desigualdade na distribuição, que enfraquecem as estruturas de controle político e econômico, levando às decisões mercadológicas como a mercantilização.

A privatização da água em Cochabamba foi instrumentalizada a partir de uma série de reformas neoliberais adotadas pelo governo de Hugo Banzer Suárez (pensadas e discutidas ainda sob a presidência de Gonzalo Sánchez de

Lozada), sob a influência da agenda de Política Externa dos Estados Unidos, em conformidade com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Como parte dos programas de ajuste estrutural, essas instituições condicionaram empréstimos à reestruturação dos serviços públicos, incluindo a privatização do setor hídrico de Cochabamba no ano de 1999, que levou à concessão da gestão hídrica da estatal Servicio Municipal de Aguas Potables y Alcantarillad (SEMAPA) à empresa de capital privado Aguas del Tunari, controlada pelo conglomerado internacional Bechtel, tendo em vista a construção do grande projeto Misicuni, que tinha como objetivo o aumento da vazão da bacia pela criação de uma laguna de escoamento permanente, conforme destaca Laserna, (2010).

O contrato de concessão incluía não apenas o fornecimento urbano, mas também a regulação de poços comunitários e sistemas locais de captação subterrânea (criados pela população, já em resposta à escassez natural que a geografia da região lhes conferia) e outras fontes tradicionais de acesso à água, limitando significativamente a autonomia das populações locais sobre o recurso.

O resultado imediato da privatização foi a redução da qualidade dos serviços e o aumento drástico das tarifas de uso e distribuição da água, chegando a representar entre 20% e 30% da renda mensal das famílias de baixa renda, consoante aponta Olivera, (2004). A nova legislação, promulgada através da Nova Lei de Águas, impedia o uso de fontes alternativas sem autorização da concessionária, tornando ilegal a captação de água da chuva ou o uso de poços artesanais, o que acentuou a percepção da água como um bem de mercado, em detrimento de seu caráter essencial à vida, conforme afirma Drumond, (2015).

Diante disso, a resposta popular à privatização foi imediata e massiva, por ter se evidenciado a dinâmica de desigualdade no acesso aos recursos hídricos. A Coordenação da Defesa da Água e da Vida (CDA) emergiu como o principal movimento de resistência, agregando sindicatos, camponeses, trabalhadores urbanos, comunidades indígenas e grupos sociais e políticos como a Central Obrera Boliviana (COB) e o Movimento Sin Tierra. Seu papel foi fundamental na instrumentalização e articulação da resistência popular que pressionou o governo pela reversão da privatização da água em Cochabamba, de acordo com Olivera, (2004).

No rol de ações CDA, é possível listar: i) as mobilizações populares,

organizadas na forma de protestos e greves gerais, bloqueios de ruas, manifestações massivas nas ruas de Cochabamba e confrontos com as forças de segurança do governo, interrompendo temporariamente os serviços de água ; ii) as estratégias de resistência local e mobilização comunitária, envolvendo moradores de todas as áreas da cidade, e estabelecendo comitês de base nas comunidades mais afetadas, a fim de organizar e educar a população sobre os impactos da privatização e alternativas para a reestatização da água ; e iii) a luta por solidariedade internacional, que conseguiu galgar apoio de movimentos sociais internacionais, como ONGs ativistas de diversas partes do mundo, conferindo maior visibilidade à luta cochabambina, e causando pressão ainda mais forte sobre as multinacionais e o governo boliviano, em conformidade com Haar, (2009).

A repressão estatal foi severa, resultando em centenas de feridos e na morte do jovem manifestante Víctor Hugo Daza. Diante da pressão popular, o governo boliviano foi forçado a reverter a privatização, rompendo o contrato com a Aguas del Tunari e restituindo o controle da água à administração pública. A vitória popular em Cochabamba foi um grande marco na resistência contra a mercantilização e privatização da água e demais recursos naturais vitais, e foi responsável pela consolidação da CDA como um exemplo de organização popular de sucesso no combate às políticas neoliberais, e motivando organizações de diversas partes do mundo a questionar lógicas mercadológicas exploratórias e nocivas aos direitos humanos e sociais.

O caso da Guerra da Água em Cochabamba ilustra as contradições da governança neoliberal da água, evidenciando a fragilidade das políticas de privatização impostas a países do Sul Global sob o discurso da eficiência econômica. Do ponto de vista da Economia Política Internacional, o conflito reflete a tensão entre a lógica de mercado e o direito humano à água. Demonstra também a aplicação do conceito de acumulação por espoliação, consoante destaca Harvey, (2003), onde bens comuns são apropriados por corporações transnacionais, muitas vezes com o respaldo de instituições financeiras internacionais. Além disso, a tentativa de privatização da água na Bolívia insere-se em um contexto mais amplo de colonialidade do poder, de acordo com Quijano, (2000), na medida em que reforça a dependência estrutural das economias periféricas e a imposição de modelos ocidentais de governança

ídrica sem considerar as especificidades locais.

3. A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA EM ACCRA (2006): FINANCEIRIZAÇÃO DE BENS COMUNS E IMPACTOS SOCIAIS

Assim como o caso boliviano, a privatização da água em Accra, no Estado de Gana, que ocorreu em 2006, é um exemplo notável dos impactos sociais e econômicos da aplicação das políticas neoliberais aos recursos naturais em países do Sul Global. Ambos os casos refletem a intersecção entre a financeirização dos recursos naturais e a lógica econômica neoliberal, que prioriza os interesses privados sobre os direitos básicos e necessidades da população, muitas vezes marginalizada.

A cidade de Accra, capital de Gana, encontra-se situada na região costeira do país, com acesso ao Oceano Atlântico, e faz parte de um vasto ecossistema de clima tropical e sazonal, com chuvas regulares durante a estação das monções (junho a agosto) e volumes significativos de águas subterrâneas. Contudo, mesmo com suas características geográficas bastante favoráveis a reposição dos volumes hídricos anuais, Accra e suas regiões urbanas adjacentes enfrentam sérios desafios relacionados ao estresse hídrico⁶, catalisado pelo crescimento urbano desordenado.

Assim, todo o sistema de distribuição hidrológica da cidade depende de uma combinação de fontes naturais, como o Rio Densu, o Rio Ayensu e vários reservatórios artificiais, incluindo o Reservatório de Weija e o Sistema do Rio Volta, conforme destaca Ghana, (2015). Apesar da abundância relativa de corpos d'água, o acesso à água potável na cidade sempre se estruturou de forma bastante desigual, com grande parte da população vivendo em favelas e áreas informais com infraestrutura precária, onde os serviços de saneamento e distribuição de água eram insuficientes.

Gana foi o primeiro país da África sub-Saariana a conquistar sua

⁶ Diferentemente da escassez hídrica, que se apresenta no âmbito físico, o estresse hídrico se apresenta no campo da administração destes recursos. Ou seja, um Estado ou região entram em contexto de estresse hídrico quando seu aparato administrativo é incapaz de gerir de forma eficiente o uso e a distribuição dos recursos hidrológicos disponíveis em seu território, sejam eles abundantes ou não, consoante sinaliza Rodrigues, (2021).

independência do Império Britânico, no ano de 1957, gerando grande comoção das alas pan-africanistas, nacionalistas e socialistas que apoiavam o governo de Kwame Nkrumah e sua luta anticolonial, conforme aponta Wright, (2001). Seu pós- independência, assim como em muitas outras repúblicas africanas, foi marcado pela implementação de políticas de caráter desenvolvimentista e nacionalista que seguiam os preceitos do socialismo africano, no qual priorizava-se o fortalecimento do Estado, o fomento à industrialização e a propriedade estatal de setores estratégicos.

Dentre os principais marcos da nova política do Estado ganês, evidencia-se a economia planificada através dos investimentos públicos em áreas estratégicas, como infraestrutura, educação e saúde; o controle estatal da água, um recurso que era visto como um direito social de cada indivíduo ganês, não devendo ser tratada como um bem de mercado; e os projetos voltados ao desenvolvimento hídricos, visando atender ao aumento das demandas da sociedade que se expandia exponencialmente. Como parte destes projetos, podemos citar a construção da grande Barragem de Akosombo, iniciado no ano de 1965 com financiamento do Banco Mundial, tendo em vista o aproveitamento do sistema hídrico do Rio Volta⁷ para o fornecimento de energia hidrelétrica e abastecimento de água para variadas regiões de Gana, e até mesmo de Estados vizinhos como Togo e Benin.

O projeto da barragem gerou grande polêmica na dinâmica regional, por conta de seu alto grau de impacto social e ambiental. Estima-se que a obra tenha sido diretamente responsável pelo deslocamento de 35,857 pessoas, incluindo crianças, por conta das regiões alagadas e vilarejos que tiveram de ser realocados por estarem situados em regiões em que se previa o escoamento hídrico da barragem, de acordo com a UNICEF, (2023).

Com a queda de Nkrumah em 1966, em um golpe militar motivado pelo descontentamento com o crescente endividamento do país e as dificuldades econômicas encontradas pelo modelo de desenvolvimento socialista, emergiu o governo do general Joseph Ankrah, que foi responsável por reverter todas as

⁷ Com 124m de altura e 660m de comprimento, o Lago Volta é considerado um dos maiores lagos artificiais do mundo em termos de volume e área de superfície. O reservatório do Lago Volta cobre um terço da área terrestre de Gana — um total de 8.502km². Com uma capacidade de 148km³, o Lago Volta, com 400 km de extensão, também é o terceiro maior lago artificial do mundo em volume, conforme dados do ICE, (2025).

políticas socialistas e industrialistas criadas no governo anterior, desnacionalizando setores estratégicos, e paulatinamente, se aproximando do Ocidente. A partir disso, instaurou políticas de austeridade e, principalmente, de redução do papel do Estado na economia. Sua popularidade entre setores conservadores e empresários era grande, mas diante da população em geral, foi bastante criticado por suas ações que valorizavam interesses externos, consoante afirma Boafo-Arthur, (1999).

As instabilidades do Estado ganês persistiram, principalmente no âmbito político, caracterizado por muitos golpes militares e oscilações no modelo democrático de governo. O cenário se alternava entre governos militares - em sua maioria de caráter nacionalista, porém não eficientes em conter a crise econômica que se alastrava e aumentava a inflação e os níveis de desemprego e a dívida externa com os credores internacionais - e outrora governos democráticos neoliberais, que evidenciavam as desigualdades sociais, e buscavam no capital externo a solução para a crise econômica de Gana, conforme destaca Boafo-Arthur, (1999).

Com as diversas oscilações no governo, o projeto neoliberal que tentava restaurar a economia ganesa trouxe consigo uma série de reformas, como o Programa de Ajuste Estrutural (PAE), guiadas por grandes instituições financeiras internacionais - como o FMI e o Banco Mundial, e criaram inúmeras condições a serem cumpridas para a concessão dos empréstimos solicitados pelo Estado ganês.

O PAE se caracterizou principalmente pelas políticas de privatização de empresas estatais, abertura da economia ao capital estrangeiro, desvalorização da moeda nacional para aumentar a competitividade nas exportações e redução do papel do Estado na economia, e corte de subsídios estatais a serviços essenciais como água e energia, consoante o World Bank, (1994).

Como parte dessa agenda, os serviços de água começaram a ser privatizados, com a Aquafed, uma empresa multinacional, sendo contratada para gerir a distribuição de água em Accra. Assim, o governo de Gana assinou um contrato de concessão em 2006, permitindo que a água se tornasse, em grande parte, um bem de consumo mercantilizado, com tarifas estabelecidas por leis de mercado, sem considerar as desigualdades de acesso.

O governo apresentava estas iniciativas como uma tentativa de melhorar

a eficiência e reduzir os custos operacionais. Todavia, seus resultados conduziram a consequências profundas, principalmente, para a população de baixa renda, que passou a ser excluída dos serviços de água potável, agora comercializados a altas tarifas, criando assim uma forte dependência das fontes alternativas (como poços artesanais e compra de água engarrafada), além de enfrentar um aumento significativo nas tarifas, de acordo com Boafo-Arthur, (1999).

Assim como em Cochabamba, em Accra, a população também se organizou para resistir à privatização da água, principalmente por meio de movimentos sociais e coalizões nacionais e internacionais que instrumentalizam ações políticas para pressionar o governo. No ano de 2001, em contraposição às políticas de privatização do governo de John Agyekum Kufuor, foi implementada uma das principais iniciativas anti-privatização, a National Coalition Against the Privatisation of Water (NCAP), que desempenhou um papel central na luta contra a privatização dos serviços hídricos em Gana, conforme afirma Cappa, (2021).

Reunindo diversas organizações da sociedade civil, sindicatos, ONGs e grupos comunitários, a NCAP foi responsável por contestar a política de privatização da água imposta pelo governo ganês, sob pressão do Banco Mundial e do FMI, mobilizando protestos de rua, campanhas de conscientização, audiências públicas e lobby político para mobilizar a população e expor os impactos negativos da privatização. Seu principal argumento se valia do fato de que a privatização da água aumentava os custos para as comunidades pobres, assim como ocorreu em Cochabamba, além de comprometer a soberania do país sobre seus recursos hídricos, consoante destaca Cappa, (2021).

Seu protagonismo no eixo central da luta contra a privatização hídrica teve um enorme impacto, que foi capaz de obter apoio de organizações internacionais como a Transnational Institute (TNI) e a Public Services International (PSI), que denunciaram os impactos sociais e econômicos da financeirização do setor hídrico ; e a Water Justice Movement, uma rede internacional de ativistas pela justiça hídrica, que também teve um papel fundamental no auxílio às pressões conduzidas contra governo ganês, expondo como as políticas do Banco Mundial estavam prejudicando populações vulneráveis. Além disso, auxilia também a organizar boicotes ao pagamento de contas de água e ações de resistência civil,

inspirando uma crescente insatisfação pública contra o modelo privatizado, de acordo com a Water Aid, (2008).

O resultado da ação conjunta destas organizações e movimentos civis locais demorou a ser visto, mas se concretizou no ano de 2011, quando após muita pressão interna e externa o governo de Gana decidiu não renovar o contrato com a Aqua Vitens Rand, que havia assumido a gestão da água na capital. Assim sendo, o setor foi aos poucos (e com inúmeros desafios) reestatização e passou a ser administrado pela Ghana Water Company Limited (GWCL). O que se apreende deste estudo de caso é que a estatização não significou o fim dos problemas hídricos, mas demonstrou o impacto da mobilização popular na reversão das políticas neoliberais de privatização, conforme salienta Adu-Ampong, (2014).

O papel da financeirização hídrica aqui pode ser entendido como a transformação da água em um ativo financeiro, passível de ser comprado, vendido e especulado como qualquer outro produto ou serviço no mercado. Dentro da estrutura do Estado ganês, isso conduziu a uma gestão voltada para a maximização de lucros e não para a inclusão social, exacerbando ainda mais as desigualdades e afetando especialmente as comunidades mais vulneráveis, em conformidade com Bayliss, (2002); Hirvi, (2012). Dentro desta lógica, um dos principais saldos da financeirização da água em Accra foi o aumento exponencial dos protestos e movimentos de resistência, que tiveram o papel fundamental de pressionar o Estado e as organizações, exigindo a estatização do serviço de fornecimento de água, a partir das fortes evidências de seus efeitos negativos por todo o território do país, consoante aponta Adu-Ampong, (2014).

Para além dos impactos sociais, a privatização da água em Accra também se insere em um contexto geopolítico maior, envolvendo as relações de poder entre o governo de Gana e organismos financeiros internacionais como o FMI e o Banco Mundial, e trouxe impactos para toda a dinâmica regional da África Ocidental. Isto porque muitos outros países deste eixo regional passaram a se ver diante de questões semelhantes, com empresas multinacionais controlando os recursos hídricos e a população sendo compelida a pagar altos preços por um serviço essencial. Esse modelo coloca a água como um bem comercializável e não como um direito básico, uma realidade que gera sérios desafios para a soberania dos países africanos em relação aos seus próprios recursos naturais,

de acordo com McCarty; Healy, (2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em perspectiva comparada, é possível analisar que a resistência anti-privatização de Cochabamba foi a precursora de muitos movimentos de resistência posteriores, que se valeram de seus métodos e organizações político-sociais, evoluindo para estruturas de instrumentalização cada vez mais articuladas. Verifica-se que enquanto em Cochabamba a Coordenação de Defesa da Água e da Vida (CDA) foi um movimento massivo que resultou em uma revolta popular de grande escala; a resistência em Accra, apesar do forte apelo popular, ocorreu de forma mais institucionalizada e baseada em advocacy político, oriundo das experiências extraídas previamente do caso boliviano.

Em ambos os casos evidencia-se o papel fundamental da mobilização popular na luta pelo direito à água e na definição dos limites da privatização como solução para crises hídricas em países periféricos. Tanto o caso de Cochabamba, quanto o de Accra, evidenciam como a água, um recurso vital, tornou-se um elemento central nas disputas geopolíticas e econômicas do século XXI, e como o Estado, quando pressionado por organismos internacionais e corporações transnacionais, facilmente delega a gestão da água ao setor privado, levando tanto ao aumento das tarifas, quanto à precarização do acesso. Ambas as dinâmicas também nos exemplificam como as políticas neoliberais, ao promover a financeirização dos bens comuns, resultam em exclusão social, aumento das desigualdades e aprofundamento da pobreza nas regiões mais vulneráveis. Esse processo, além de afetar diretamente suas respectivas populações, traz consigo repercussões geopolíticas que reverberam por toda a extensão de suas dinâmicas regionais, seja na América do Sul ou na África, locais em que a luta pelo controle dos recursos hídricos e a resistência à privatização devem ser questões centrais nas agendas estatais, bem como, dos órgãos de proteção à Segurança Humana e ao Meio Ambiente.

O fracasso da privatização em Cochabamba gerou repercussões

internacionais, influenciando políticas de resistência contra a mercantilização da água em outras regiões do Sul Global, como África do Sul, Gana, Chile e México. Percebe-se assim, que mesmo geograficamente distantes, os Estados periféricos, que enfrentam as investidas do neoliberalismo sobre seus recursos naturais, são mais próximos do que se pode imaginar. A resistência popular, em ambos os casos, demonstrou a insustentabilidade dos modelos de privatização que priorizam o lucro em detrimento do acesso equitativo ao recurso. Com isso, é possível refletir sobre o quanto as resistências locais em prol da manutenção e proteção dos recursos hídricos são mutuamente influenciadas entre si, sendo possível identificar influências das dinâmicas populares bolivianas nas dinâmicas populares ganesas, e em muitas outras no sistema internacional.

Ao analisar ambos os casos dentro da Economia Política Internacional, torna-se evidente que a questão hídrica transcende a gestão local e se insere em uma dinâmica global de dominação, onde o neoliberalismo impõe a lógica do mercado sobre direitos fundamentais, ampliando desigualdades e perpetuando relações de poder desiguais entre o Norte e o Sul Global. Em uma análise comparativa entre os casos boliviano e ganês, à luz da lente da acumulação por espoliação, conforme destaca Harvey, (2003), revelam-se padrões semelhantes de mercantilização da água sob o neoliberalismo, resultando na expropriação de populações vulneráveis do acesso a um recurso essencial. O principal efeito dessa dinâmica é a transformação dos recursos naturais em ativos financeiros, e são dadas ao capital novas esferas de acumulação, em uma conjuntura que somente os setores tradicionais, como a indústria manufatureira, já não geram o mesmo nível de crescimento.

A partir de uma perspectiva marxista, os casos de Cochabamba e Accra mostram que a mercantilização da água não se configura apenas um fenômeno econômico, mas um mecanismo de dominação política e social, inserido no contexto mais amplo do imperialismo econômico neoliberal que atinge toda a esfera do mundo ocidental. A luta contra a privatização da água nesses países se insere em uma resistência global contra a expropriação dos bens comuns e a destruição das condições materiais de vida das populações periféricas. Assim, esses conflitos não são apenas sobre acesso à água, mas sobre a disputa entre duas lógicas opostas: a lógica do capital, que busca lucrar com um recurso essencial, e a lógica dos direitos humanos, que defende o acesso universal e

igualitário à água como um direito inalienável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADU-AMPONG, E. A. Water Privatisation Policy in Ghana: Stalled for Good or a Strategic Pause? 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/260417347_Water_Privatisation_Policy_in_Ghana (Acesso em: 16 de junho de 2025).
- BAYLISS, K. (2014). “The Financialization of Water”. **Review of Radical Political Economics**, 46(3), p. 292-307. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0486613413506076> (Acesso em: 16 de junho de 2025).
- BAYLISS, K. (2002) ‘Privatization and Poverty: the distributional impact of utility privatization’. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 73(4), p. 603-625. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/bla/annpce/v73y2002i4p603-625.html> (Acesso em: 16 de junho de 2025).
- BOAFO-ARTHUR, Kwame. Ghana: Structural Adjustment, Democratization, and the Politics of Continuity. **African Studies Review**, v. 42, n. 2, p. 41–72, set. 1999. DOI: 10.2307/525364. Disponível em: <https://www.africabib.org/rec.php?RID=230186718> (Acesso em: 16 de junho de 2025).
- BOURDIEU, P; WACQUANT, L. Una invitación a la sociología reflexiva. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.
- BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- CAPPA. Corporate Accountability and Public Participation africa. Africa must rise and resist water privatisation. Disponível em: <https://africawateraction.org/wp-content/uploads/2021/10/Africa-Must-Rise-> (Acesso em: 16 de junho de 2025).
- COOPER, Melinda; WALDBY, Catherine. *Clinical Labor: Tissue Donors and Research Subjects in the Global Bioeconomy*. Durham; London: Duke University Press, 2014. Disponível em: [link suspeito removido] (Acesso em: 16 de junho de 2025).
- DRUMOND, N. A Guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3998> (Acesso em: 16 de junho de 2025).
- FLORES, R. K. O Discurso Como Estratégia de Luta Contra a Mercantilização da Água. Sociedade, **Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 55-

72, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13168> (Acesso em: 16 de junho de 2025).

FRIEDRICH, D.B; PHILIPPI, J. H. M. Inclusão digital e blockchain como instrumentos para o desenvolvimento econômico: Digital inclusion and blockchain as instruments for economic development. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 97–116, 2020. DOI: 10.47975/IJDL/1friedrich. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/friedrichv1n1> (Acesso em: 22 de março de 2025).

GHANA. Water Resources Commission (Act 522). Accra: Government of Ghana, 2015. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/gha212158.pdf>. (Acesso em: 16 mar. 2025) .

GRAMSCI, A. Maquiavel, a política e o Estado moderno. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HAAR, G. Water Conflicts in Cochabamba: The Role of Local Movements in the Fight Against Privatization. *Journal of Latin American Studies*, v. 42, n. 1, p. 55-75, 2009.

HARVEY, D. The New Imperialism. Oxford University Press, 2003.

HARVEY, D. A breve história do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Editora Verso, 2005.

HARVEY, D. O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HAYEK, F. The Road to Serfdom. Chicago: University of Chicago Press, 1944.

HIRATA, H. Divisão internacional do trabalho, precarização e desigualdades interseccionais. *Revista da ABET*, v. 17, n. 1, 2018. Disponível em: [link suspeito removido] (Acesso em: 11 de março de 2025).

HIRVI, M. 'Water Privatization and Social Citizenship: The Case of Urban Water Sector in Ghana', *Journal of Civil Society* 8(4), p. 351-368, 2012. Disponível em: <https://scite.ai/reports/water-privatization-and-social-citizenship-OEwxVO> (Acesso em: 11 de março de 2025).

INSTITUTION OF CIVIL ENGINEERS (ICE). Akosombo Dam. Disponível em: <https://www.ice.org.uk/what-is-civil-engineering/infrastructure-projects/akosombo-dam#:~:text=The%20Akosombo%20Dam%20E2%80%93%20also%20know,n,a%20total%20of%208%2C502km%C2%B2> (Acesso em: 16 de março de 2025).

LASERNA, R. Cochabamba: la Guerra contra el Agua. *Revista OSAL* [online],

n. 18, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal18>. (Acesso em 12 de março de 2025).

LESAJA, Srdjan; PALMER, Xavier-Lewis. "Brain-Computer Interfaces and the Dangers of Neurocapitalism." (2020). Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2009.07951> (Acesso em: 22 de março de 2025).

MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital (1867). 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCCARTY, M; HEALY, K. Water Privatisation in Ghana: The Case of Accra. **Water International**, v. 31, n. 3, p. 357-368, 2006.

MOORE, J. W. Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital. London: Verso, 2015.

MOTA, R. M. Reflexões sobre a expansão das Empresas Militares e de Segurança Privada. DefesaNet, 2020. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/sof/reflexoes-sobre-a-expansao-das-empresas-militares-e-de-seguranca-privada/> (Acesso em: 22 de março de 2025).

OLIVERA, O; LEWIS, T. Cochabamba! Water Rebellion in Bolivia. Cambridge, MA: South End Press, 2004.

PORTUGAL, A. El neoliberalismo en Bolivia y Perú. Trabalho apresentado no IVV Colóquio Internacional de Estudiantes de Trabajo Social, "Desarrollo, Política Social y Intervención Profesional" da Universidade do Altiplano, Puno-Perú. 10 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000362.pdf>. (Acesso em 12 de março de 2025).

PFRIMER, M. H. A Guerra da Água em Cochabamba, Bolívia: desmitificando os conflitos por água à luz da geopolítica. Tese (Doutorado em Geografia Humana), São Paulo (SP):Programa de Pós-Graduação em Geografia, FFLCH- USP. 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08022011-153835/pt-br.php> (Acesso em: 12 de março de 2025).

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: HALL, Stuart; DÍAZ-LETA, José (orgs.). Racismo e modernidade: Estudos sobre a colonialidade do poder e do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. p. 261-286, 2000.

RODRIGUES, M. O. Segurança hídrica na Bacia do Lago Chade: a água como ferramenta de poder, coerção e conflito. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/222011> (Acesso em: 11 de fevereiro de 2025).

SCHEPER-HUGHES, Nancy. The Global Traffic in Human Organs. *Current Anthropology*, v. 41, n. 2, p. 191–224, 2000. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/300123> (Acesso em: 12 de março de 2025).

STIGLER, G. A Theory of Oligopoly. *Journal of Political Economy*, v. 72, n. 1, p. 44-61, 1964. Disponível em: <https://home.uchicago.edu/~vlima/courses/econ201/Stigler.pdf> (Acesso em: 12 de março de 2025).

SWYNGEDOUW, E. Governance innovation and the citizen: The Janus face of governance-beyond-the-state. *Urban Studies*, v. 42, n. 11, p. 1991-2006, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1080/00420980500279869> (Acesso em: 12 de março de 2024).

TIROLE, J. *The Theory of Industrial Organization*. Cambridge: MIT Press, 1988.

UNICEF GHANA. Akosombo Dam Spillage, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/ghana/blog/akosombo-dam-spillage>. (Acesso em: 16 de março de 2025).

WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System*. Nova York: Academic Press, 1974.

WATER AID. Ghana: The case study of water, sanitation and hygiene, 2008. Disponível em: https://washmatters.wateraid.org/sites/g/files/jkxoof256/files/Ghana%20case%20study_0.pdf (Acesso em: 12 de fevereiro de 2025).

WORLD BANK. *World Development Report 1994: Infrastructure for Development*. New York: Oxford University Press, 1994.

WRIGHT, S. “Creating Spaces to Build Alternatives: The Growing Movement Against Water Privatization in Ghana”. *African Diaspora ISPs*. Paper 73, 2001. Disponível em: http://digitalcollections.sit.edu/african_diaspora_isp/73. (Acesso em: 16 de fevereiro de 2025).

AS IDENTIDADES DA RÚSSIA SOVIÉTICA E PÓS-SOVIÉTICA ATRAVÉS DO ESPAÇO: UMA ANÁLISE DAS ARQUITETURAS RUSSA E SOVIÉTICA E DA CRIAÇÃO DE ALIANÇAS REGIONAIS

SANTOS, dos Julia Jéfet Gomes⁸

RESUMO

Esse artigo apresenta interpretações sobre a conexão entre identidade e a arquitetura, de modo a realizar uma interdisciplinaridade entre as Relações Internacionais e a Geografia, sobretudo com a sub-área Geopolítica. Os conceitos de território, região e identidade nacional ajudam a compreender o espaço como um meio neutro e mutável de acordo com as sociedades ali presentes e a sua ideologia. Na União Soviética, a ideologia socialista passou a ser incorporada na arquitetura e nas paisagens da Rússia, servindo como um meio de reforçar a política do Estado soviético, mas também de tal maneira que apresentasse oposição aos princípios e as organizações internacionais lideradas por potências capitalistas. Por fim, analisa-se quais as relações entre esses mesmos valores e o âmbito internacional através de alianças militares e parcerias econômicas no período soviético, principalmente no pós-Segunda Grande Guerra, e na atualidade russa.

Palavras-chave: Identidade Soviética; Identidade russa; Simbologia; Geopolítica.

INTRODUÇÃO

A identidade tem sido um conceito importante e muito resgatado para a compreensão das dinâmicas internacionais e nacionais. Esse conceito pode ser

⁸ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

definido como o compartilhamento de atributos comuns entre diferentes indivíduos baseados em aspectos culturais diversos, logo a identidade é construída e interpretada com base em itens simbólicos. Os Estados muitas vezes utilizam a identidade como um recurso para a autopromoção em âmbitos internos e externos, isso porque a identidade é central para a posição e formulação de políticas externas e internas a fim de haver legitimidade por parte do seu povo ou para promover um movimento de resistência no espaço internacional. Um exemplo evidente é o caso da Rússia entre o início do século XX até a atualidade, consoante afirma Castells, 1999; Hall, 1992).

Após a Revolução Russa de 1917, toda a estrutura social até então presente na Rússia foi radicalmente transformada com a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Se anteriormente os poderes e as hierarquias tradicionais eram o centro da política russa, a partir de 1917 a classe trabalhadora passou a estar no centro das políticas do Estado. Valores como melhorias das condições sociais, coletivismo e diminuição das desigualdades orientavam a política da URSS, e esses confrontavam o modelo ocidental das grandes potências. Todavia, com o colapso soviético em 1991, a Rússia passou a construir uma identidade própria e autônoma, mas ainda valorizando seu passado triunfante.

Atualmente, a Rússia tem investido em construir uma identidade autêntica e parcialmente tradicional, sobretudo sob a liderança de Vladimir Putin. A identidade russa atual pode ser compreendida de duas formas que variam entre a esfera nacional e a esfera internacional. A Rússia passou a promover uma identidade de resistência nos âmbitos externos, uma vez que tenta construir seus próprios valores e sair do estigma promovido pelo Ocidente sobre a Rússia - entende-se aqui como Ocidente os países da Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá por excelência. No que tange à área interna de sua atuação, a Rússia tem promovido uma identidade legitimadora, baseada fortemente nos princípios nacionalistas e de orgulho a seu passado de glória, consoante indica Castells, 1999; Hall, 1992; Paula, (2019).

Portanto, a questão da identidade russa atual não se baseia apenas na interpretação dos indivíduos, mas também é expressa em aspectos espaciais e de configuração de poder. A concepção de identidade pode ser também expressa no espaço pela arquitetura, aqui entendida como uma forma do poder

suave, e, na política, pela criação de regiões ou de blocos de resistência a um adversário comum e a defesa de valores partilhados entre membros (nações) da zona de resistência - aqui entendida como uma expressão do poder em sua dimensão geográfica, consoante registra Gnew, (2008).

Em primeiro momento, serão apresentados alguns aspectos das identidades soviética e russa na contemporaneidade e como moldaram uma identidade patriótica em ambos os casos. Em seguida será indicada a relação entre a identidade e o espaço a partir da arquitetura. Por fim, será mencionado como a identidade também é capaz de influenciar a criação de regiões e alianças de resistência durante o período soviético e na atualidade. Um ponto a ser destacado é que, ao tratar da identidade no âmbito espacial, ela será tratada como um meio do poder suave, isto é, o poder difundido pela cultura e pelos valores e princípios, consoante afirma Agnew, (2008).

Este estudo se baseia em uma abordagem descritiva-explicativa e adota métodos qualitativos para explorar e compreender a importância da identidade nacional da URSS e da Rússia em níveis doméstico e internacional. A investigação será desenvolvida a partir de três conceitos centrais: identidade nacionalista, configuração do espaço pela arquitetura e criação de zonas e regiões de resistência. A análise será conduzida a partir de revisão bibliográfica junto ao estudo de caso de modo a considerar produções acadêmicas e discursos de atores políticos da Rússia e posições de outros atores internacionais.

1. O PAPEL DA IDENTIDADE NACIONAL

A identidade é uma forma de expressão e representação de uma cultura. A identidade nacional é, de acordo com Stuart Hall, (2006), a principal fonte de identidade cultural da modernidade, consoante indica Moreno, (2014). Ela é então o elemento unificador que molda as percepções e as práticas da sociedade em determinado território, além de que ela é responsável por refletir os valores que sustentam a coesão social e as políticas de determinado país. Para compreender as identidades e como elas influenciam na formação do espaço, serão mencionadas a seguir os principais traços das identidades - no caráter da

legitimidade - da Rússia no período soviético e na contemporaneidade, consoante aponta Haesbaert, (2004).

1.2 A identidade da Rússia soviética

A Revolução de 1917 fez com que a Rússia, agora socialista, abandonasse seus traços e símbolos mais tradicionais. A igreja ortodoxa, um dos principais emblemas da sociedade russa, passou a perder seu papel na sociedade, o que gerou certo rompimento com os ideais religiosos, sobretudo do cristianismo, para ocorrer uma racionalização da sociedade. A URSS passou a traçar sua identidade com uma proposta de priorizar os ideais envoltos na luta de classes. Consequentemente, houve uma ruptura com os valores da era pré-revolucionária a fim de que a nova identidade russa não fosse atrelada ao passado czarista, consoante indica Lieven, (1997).

Entretanto, conforme Lieven, (1997), com a chegada de Stalin ao poder após a morte de Lênin, o conservadorismo foi implementado na educação soviética como modo de não excluir completamente a tradição russa. Assim, os estudantes tinham contato com obras literárias da época anterior à revolução e contato com grandes clássicos russos. O patriotismo stalinista enfatiza valores como a história russa e o coletivismo - também valorizado pela educação soviética.

Posto isso, pode-se indicar como aspectos da identidade da Rússia soviética a desvalorização das hierarquias tradicionais e a valorização da classe trabalhadora como centro da sociedade, isso junto a uma proposta de desenvolver uma sociedade menos voltada à metafísica e mais focada no bem social, e assim foi durante todo o período soviético em linhas gerais.

1.3 A construção da identidade russa sob liderança de Vladimir Putin

Com o colapso da URSS em 1991, a Rússia passou a buscar uma nova identidade, mais centrada na nação que na ideia de classe, como anteriormente, isso porque o país também passou por uma abertura econômica, se alinhando

ao capitalismo. Entretanto o período aqui a ser analisado será sobretudo a Era Putin (2000-atual).

Ao iniciar o terceiro mandato em 2013, Vladimir Putin discursou de modo a enfatizar a importância da identidade nacional russa e sua influência na configuração do poder de determinado país, consoante indica Zevelev, (2016). De acordo com Putin, (2013), o poder de um Estado bem como o seu nível de influência no sistema internacional “dependem se os cidadãos de um determinado país se consideram uma nação, até que ponto se identificam com sua própria história, valores e tradições, e se estão unidos por objetivos comuns e responsabilidades.”. Logo percebe-se que a identidade russa que Putin almeja promover é aquela de cunho legitimador no campo da política interna, mas sem deixar de considerar como essa identidade é capaz de se expressar também no cenário internacional, ainda que de modo a se opor ao status quo, consoante aponta Castells, (1999).

A partir também da declaração feita pelo presidente russo, é possível perceber como o resgate por valores tradicionais molda a busca pela atual identidade russa. De acordo com Lilia Shevtsova, (2007), Putin apresenta menos apreço pelo Ocidente do que seu antecessor, Boris Yeltsin. A ideia de Putin ao chegar ao poder em 2000 era resgatar a grandeza da Rússia, valorizar a ordem e a disciplina social, o que incluía também certa intolerância às críticas - mais especificamente, elas eram toleradas desde que não interferissem na eficiência do Estado, consoante aponta Shevtsova, (2007).

Portanto, houve uma valorização à Igreja Ortodoxa a fim de que a ordem e a disciplina social fossem promovidas. Vale mencionar que o alinhamento entre política e religião é um ponto estratégico do ponto de vista de identidade, sobretudo se ambos forem bem delineados e centralizados, pois aumenta a percepção de pertencimento à identidade nacional pelas duas vias, consoante indicam Agnew, (2008); Shevtsova, (2007).

2. A ARQUITETURA COMO EXPRESSÃO DA URSS E DA RÚSSIA CONTEMPORÂNEA

A partir da apresentação das identidades russas nos dois períodos

mencionados, será em seguida apresentado como as respectivas identidades se expressam através do espaço interno do país mediante a arquitetura de cada período. Em primeiro momento, será tratada a arquitetura soviética e como os valores de sua sociedade são expressos. Posteriormente serão analisadas as atuais construções arquitetônicas da Rússia e como os princípios atuais podem estar presentes nas mesmas.

2.1 A arquitetura russa no período soviético

A identidade socialista russa, após a Revolução de 1917, tinha como fundamento a exclusão de ideias individualistas e o anseio de uma sociedade mais coletivista. A identidade, consequentemente, conflitava com o capitalismo não apenas no campo do discurso e do modo de produção, mas ela também era manifestada através das estruturas materiais. Logo, durante o período soviético, a arquitetura russa, assim como a dos demais países que compunham a URSS, esteve ligada a uma forma de expressar a ideologia socialista, consoante apontam Humphrey, (2005); Voyce, (1935).

De acordo com Caroline Humphrey, (2005), é importante compreender como o materialismo marxista apresenta relações com a infraestrutura soviética e como essas, por sua vez, influenciam aspectos como a percepção coletiva e as relações sociais, culturais e políticas. Os projetos estatais de conjuntos habitacionais, portanto, tinham também a ideia de retratar a ideologia soviética. A arquitetura do período da sociedade em geral valorizava aspectos mais simples, sem muitos ornamentos, e expressava o valor da igualdade social a partir de estruturas muito padronizadas - o que contrapunha o caráter de uma sociedade burguesa. Os apartamentos comunais (*kommunalka* e *khrushchyovka*) apresentavam então estruturas muito semelhantes por toda a União Soviética.

Por outro lado, projetos mais ligados à representação do Estado eram mais ornamentados, ainda que de maneira a valorizar certa simplicidade. O Palácio dos Sovietes tinha como finalidade unir a técnica e a ideologia do país, além de que ele deveria rivalizar com o Palácio da Liga das Nações, mas ao mesmo tempo expressar um caráter “monumental, simples, de integridade e

elegância" a fim de refletir a grandiosidade da URSS e ainda assim conflitar com as potências capitalistas, principais atores da Liga das Nações, consoante aponta Voyce, (1935).

Destarte, pode-se apontar que a União Soviética conseguiu expressar adequadamente seus valores de igualdade e coletividade no campo social, o que reforça ainda mais a percepção da ideologia da época através da identidade de legitimidade internamente, ainda que de modo a demonstrar uma identidade resistência em relação às demais potências, sendo ambas identidades expressas pelo poder suave, consoante indicam Agnew, (2008); Castells, (1999).

2.2 A identidade russa no período pós-soviético expressa no espaço

Após a queda da URSS, a Rússia, como supramencionado, passou a valorizar elementos tradicionais de sua cultura, sobretudo sob a liderança de Vladimir Putin, que priorizou a retomada do patriotismo russo e elementos tradicionais da cultura russa - o que também reflete na transformação do espaço.

Se, no período soviético, a infraestrutura era um meio de reforçar a identidade do socialismo, a partir dos anos 2000, houve uma tentativa de construir uma nova forma de representar o poder da nação. A transição para o capitalismo e certa aproximação com o Ocidente na Era Putin fez com que a arquitetura russa integrasse a modernidade e a tradição de maneira equilibrada. Nesta seção, serão abordadas as transformações do espaço através da infraestrutura e arquitetura da Rússia no período pós-soviético.

Com o modo de produção do país sendo o capitalismo, houve a necessidade de uma infraestrutura que incorporasse componentes mais modernos e voltados a uma área ligada a negócios. Foi a partir dessa nova demanda que foi projetada a chamada "Moscow-City", o Centro Internacional de Negócios da Rússia, um complexo urbano que engloba arranhas-céus voltados à empresas, mas também inclui áreas residenciais e de lazer. Dentre essas áreas de lazer, está o chamado Museu de Observação, onde, segundo Matunkina Daria, é possível entrar em contato com instalações soviéticas e também da Rússia moderna.

Ademais, um evento importante que demonstra também o equilíbrio entre

a modernidade e a tradição na Rússia através do espaço foi a infraestrutura da Copa de 2018: os estádios russos apresentavam a ideia da modernização do país, mas ainda considerando elementos clássicos e locais. A Arena Samara, localizada em uma das maiores cidades do país, representava uma homenagem à cidade de Samara, um dos maiores centros de metalurgia, engenharia mecânica e aeroespacial do país; dessa forma, sua arquitetura remete a esses elementos. Outra arena que representa bem a identidade russa é o Estádio São Petersburgo, também conhecida como “espaçonave”, que faz alusão, em sua arquitetura, a uma nave espacial, remontando o passado dos soviéticos - pioneiros a explorar o espaço após o lançamento da Sputnik 1, em 1957, conforme o Metrópoles, (2018).

Portanto, é válido mencionar que a arquitetura russa⁹ da atualidade é capaz de unir traços tradicionais da sociedade russa, mas também incorpora traços mais ligados à modernidade. No que diz respeito à identidade, também pode ser vista como uma identidade de legitimidade que almeja conciliar a transformação da sociedade russa em uma sociedade moderna e globalizada, com espaços como a Moscow-City¹⁰, mas sem deixar de valorizar sua própria história e cultura, exposto pelos estádios da Copa do Mundo de 2018 por exemplo. Dessa forma, a globalização, que tende a uniformizar e padronizar o modo de vida e as culturas, consoante aponta Santos, (2006), encontra certo desafio em se consolidar apenas como tal na Rússia, uma vez que lá há também o resgate por componentes que permeiam a porta russa e seus traços.

3. A IDENTIDADE DE RESISTÊNCIA NO NÍVEL INTERNACIONAL E CRIAÇÃO DE ALIANÇAS

Para abordar como a identidade de determinado país influencia na articulação de uma região de resistência, primeiro faz-se importante conceituar

⁹ RUSSIA ARCHITECTURE NEWS. DROM Transforms The Monotone Soviet Azatlyk Square Into a Lively Contemporary Public Space. 25 de maio de 2020. Disponível em: <https://worldarchitecture.org/article-links/efcgz/drom-transforms-the-monotone-soviet-azatlyk->. Acesso em: 19 de novembro de 2024.

¹⁰ RUSSINFO. Moscow City, Moscow, Russia. Disponível em: <https://www.russinfo.in/moscow/museums-architecture/moscow-city/>. Acesso em: 19 de novembro de 2024. desafio de se consolidar apenas como tal na Rússia, uma vez que lá há também o resgate por componentes que permeiam a história russa e seus traços.

o que é uma região e o critério aqui selecionado. De acordo com Paulo César Gomes, (2000), a noção de região pode ser entendida de acordo com uma localidade e sua extensão, com uma unidade administrativa, porém não restrita aos mesmos critérios.

A fim de abordar a URSS como uma região de resistência, faz-se necessário apontar que a região aqui será tratada como uma localidade que assume uma identidade de resistência a duas ocasiões de modo a entender como o poder está presente nessas relações, consoante aponta Agnew, (2008). A identidade de resistência opõe-se à de legitimidade e diz respeito a um grupo social que contrapõe-se ao status quo de modo a oferecer uma ideologia alternativa à dominante. Portanto, se a identidade de legitimidade tem por finalidade validar e perpetuar uma ideologia e uma identidade social, a identidade de resistência diz respeito à uma oposição à ideia predominante daquele contexto - neste caso, do sistema internacional, consoante indica Castells, (1999).

Primeiramente será tratada a resistência soviética ao mundo capitalista; em segundo momento, será mencionada a resistência russa – e de outros países aliados — ao mundo ocidental.

3.1 A criação de uma região de resistência no período soviético

A resistência ao sistema capitalista é o traço mais marcante da política da União Soviética. Ao instaurar a política socialista, houve um investimento da nação soviética em transformar sua estrutura e posicionamentos internos e externos. A Rússia, principal país da URSS, passou a se posicionar radicalmente contra o modelo de produção capitalista e antioccidental. Como já citado, o caráter

coletivista da sociedade passou a ser valorizado na URSS, e políticas voltadas às melhorias de condições sociais do bloco também culminaram em uma alternativa direta à exploração capitalista do regime ocidental. A oposição às potências capitalistas não se deu apenas por uma disputa ideológica, mas também a fim de garantir a efetividade do poder soviético e a integridade de seu território, consoante aponta Gottman, (2012).

Serão aqui mencionados alguns aspectos da URSS que a configuraram como centro da região de resistência ao mundo capitalista e às potências ocidentais. Desta forma, serão tratadas as políticas econômicas, alianças militares, ideologia e cultura da União Soviética e como elas consolidaram uma identidade de resistência, consoante indica Castells, (1999).

Uma das formas de resistir às explorações capitalistas no âmbito externo foi a defesa da autodeterminação dos povos e defesa pela independência das colônias dos impérios capitalistas. Essas defesas também são produtos das ideias de Vladimir Lenin, (2011), que apontou que o imperialismo das grandes potências levariam a um conflito armado entre as mesmas, além de apontar que a internacionalização do capitalismo não era compatível com a autodeterminação dos povos. Por conseguinte, países que buscavam alcançar a independência e a autonomia a partir do viés socialista passaram a receber apoio da URSS, sobretudo após sua independência a fim de estabilizar o poder dos grupos socialistas como na Angola com o MPLA (Movimento Popular de Libertação da Angola), o caso do Vietnã e de Moçambique, o que aumentou a região de resistência aos interesses dos países capitalistas centrais e alinhamento à URSS, consoante afirmam Diaz, (2022); Mesko, Giroleti, Hoffelder, (2015); Secchi, (2018).

No plano econômico, a economia do bloco soviético foi capaz de se estruturar como uma potência hegemônica a partir da intervenção do Estado através da Nova Política Econômica de Lênin e dos chamados “Planos Quinquenais” de Stálin. Consequentemente, acelerou seu crescimento econômico ao fim da década de 1920, enquanto os Estados Unidos e demais países ocidentais depararam-se com a maior crise econômica da história, a crise de 1929 — esses últimos que valorizavam a economia nos moldes liberais, consoante apontam Agnew, (2008); Duarte e Martins, (2024); Kingston, (1964).

Após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), a URSS, também de modo a contrapor-se ao Ocidente em termos econômicos, fundou o COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua) uma resposta ao Plano Marshall. Os dois planos tinham o objetivo de recuperar a economia e a infraestrutura dos países devastados pelo conflito, porém o Plano Marshall era voltado aos países da Europa Ocidental, enquanto o COMECON era voltado aos países da URSS

e suas zonas de influência, conforme o European Studies, (1970).

Do ponto de vista de uma região que também apresentava resistência ao Ocidente, a URSS foi capaz de compor também um bloco para tal ao criar o Pacto de Varsóvia. O Pacto de Varsóvia por sua vez era uma aliança militar multilateral de assistência mútua e cooperação entre as partes — Albânia, Bulgária, Hungria, Polônia, República Democrática da Alemanha, Romênia, Tchecoslováquia e URSS — e também foi uma resposta à criação da OTAN, aliança militar que integrava Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental, conforme destaca Brasil, (2021).

De acordo com o exposto, evidencia-se que a URSS foi capaz de criar uma zona de resistência ao mundo capitalista através de cooperação econômica e de alianças militares, o que fez com que a região do leste europeu fosse identificada como resistência ao sistema capitalista, assim como países de outras regiões. Além disso, a resistência soviética externa não apenas foi responsável por moldar o equilíbrio de poder durante a guerra fria, mas também influenciou a formação da identidade russa ainda após o colapso da URSS - que será tratada adiante.

3.2 A identidade russa e a construção de uma zona de resistência ao Ocidente

Com o fim da União Soviética, a Federação Russa fez uma tentativa de aproximação com o Ocidente e com a ordem liberal, sobretudo sob a liderança de Boris Yeltsin. Contudo as elites do país se recusaram a seguir essa orientação, já que ela colocaria o status da Rússia de grande potência em risco, consoante indica Trenin, (2019). A partir desse momento, já sob a liderança de Vladimir Putin, Moscou passou a apresentar uma identidade de resistência ao Ocidente.

Após a crise ucraniana em 2014, a Rússia reforçou ainda mais a resistência contra o Ocidente e se alinhou a países que também se posicionam contra a hegemonia ocidental e apoiam uma ordem multipolar a partir de alianças militares e cooperações econômicas.

A cooperação econômica entre países que enfrentam a ordem ocidental

da qual a Rússia faz parte é encabeçada pelos BRICS, junto a Brasil, Índia, China e África do Sul. Apesar de que nem todos os países do bloco não apresentarem proximidade geográfica - Brasil e África do Sul -, o mesmo é capaz de concentrar grandes forças econômicas de diferentes regiões do globo como o Leste Europeu, a Ásia e a África. Além disso, ao englobar a maior potência econômica em ascensão, o bloco se torna um contraponto às instituições ocidentais, como o Banco Mundial e o FMI, ao promover suas próprias instituições, como o Novo Banco de Desenvolvimento, conforme apontam BRICS Policy Center, (2018); Brasil, (2014).

Já do ponto de vista militar, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC) representa uma aliança com outros países próximos à Rússia geográfica e historicamente - já que também fizeram parte da URSS, sendo eles: Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia e Tadziquistão. Essa aliança, liderada pela Rússia, serve de resposta à expansão da OTAN em direção à Rússia de modo a reforçar a influência do país na Eurásia, de modo a possibilitar à Rússia o exercício de sua liderança regional e seus interesses em áreas estratégicas, consoante aponta Jesus, (2015).

Posto isso, tem-se que, simultaneamente, o governo de Vladimir Putin é capaz de promover uma identidade legitimadora internamente e, externamente, é capaz de promover uma identidade de resistência ao participar de zonas e regiões que se contrapõem à ordem hegemônica ocidental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto, conclui-se que a identidade russa desempenha um papel importante para a projeção do país interna e externamente de modo que é possível perceber essa influência a partir da formação do espaço e da projeção do poder nele. Desde a Revolução de 1917, a identidade nacional russa passou por grandes transformações, que moldaram o relacionamento entre o Estado e a sociedade, e, esse relacionamento por sua vez, foi capaz de configurar o espaço interno da Rússia e também de delinear a projeção do poder externamente.

A arquitetura, como forma de expressão material de identidade,

demonstra bem essas transformações com o passar do tempo. Durante o período soviético, a arquitetura ilustrava os valores da ideologia socialista, como o coletivismo e a igualdade a partir de infraestruturas de conjuntos residenciais que mantinham o mesmo padrão. Já no período pós-soviético, a arquitetura do país equilibrou adequadamente a tradição nacional e a modernidade; áreas mais modernas como a Moscow-City e os estádios construídos para a Copa de 2018 enfatizam como a identidade russa mescla a tradição e a modernidade a partir de elementos históricos e o mundo financeiro globalizado.

Portanto, a identidade russa não é apenas um emblema nacional, mas também um meio para a consolidação do poder interno e projeção de poder internacional. Sua expressão no espaço interno e sua presença em zonas e regiões de resistência reforça o desejo russo de se inserir no mundo como uma nação autônoma, autêntica e poderosa. A análise feita reforça a relevância de como a identidade nacional é uma ferramenta de legitimação de sua população e de resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNEW, J. A nova configuração do poder global. Salvador. Maio/Agosto, 2008. Disponível

e
m: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/fqWpTffDV6JPfTBTMqKyDyc/abstract/?lang=pt> (Acesso em: 09 de novembro de 2024).

BRASIL. A OTAN e o Pacto de Varsóvia. A Defesa Nacional, 64 (672). 2021. Disponível em <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/8202>. (Acesso em: 22 de novembro de 2024).

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Conheça os BRICS. 6º Fórum Acadêmico. Rio de Janeiro, 18 e 19 de março de 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. (Acesso em 25 de novembro de 2024).

BRICS POLICY CENTER. Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). Janeiro de 2018. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/new-development-bank/>. (Acesso em: 25 de novembro de 2024).

CASTELLS, M. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DIAZ, J. A. S. B. As relações internacionais da construção do Estado em

Moçambique: pós-independência, guerra civil e transições políticas. Rev. Carta Inter, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, e 1285, 2022. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1285>. (Acesso em: 24 de novembro de 2024).

DUARTE, P. H. E; MARTINS, F. M. S. Planejamento econômico. História Econômica e História de Empresas. v. 24 n. 2. P. 449-483. 2024. Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/947/588>. (Acesso em 22 de novembro de 2024).

EUROPEAN STUDIES. Comecon. Archive of European Integration. 1970. Disponível em: <https://aei.pitt.edu/73844/1/DODGE013.pdf>. (Acesso em: 22 de novembro de 2024).

GOMES, P. C. C. Geografia: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GOTTMAN, J. A evolução do conceito de território. B 523 Boletim Campineiro de Geografia, v.2, n.3, 2012. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletimcampineiro/article/view/2458/2012v2n3_Gottmann. (Acesso em: 24 de novembro de 2024).

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1992.

HAESBAERT, Rogério, Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre: 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. (Acesso em: 18 de novembro de 2024).

HUMPHREY, C. Ideology in infrastructure: architecture and soviet imagination. Cambridge, 2005. Disponível em: [link suspeito removido]. (Acesso em: 13 de novembro de 2024).

JESUS, D. S. V. A memória do futuro: a Rússia e a Organização do Tratado de Segurança Coletiva. Revista de Geopolítica, v. 6, nº 1, p. 32 - 45, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/118/118>. (Acesso em: 25 de novembro de 2024).

KINGSTON, L. Evolução Econômica da União Soviética. Revista Brasileira de Economia. v. 18 n.14. p. 111-127. 1964. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/1794>. (Acesso em: 22 de novembro de 2024).

LÊNIN, V. I. O Imperialismo: Etapa superior do capitalismo. Campinas: Unicamp - Faculdade de Educação, 2011.

LIEVEN, D. Russian, Imperial and Soviet Identities. Article — Cambridge University Press on behalf of the Royal Historical Society, 1997.

MESKO, E.P; GIROLETI, F.F; HOFFELDER, L. A. Guerra do Vietnã. Materializando conhecimentos. Volume 6, Setembro de 2015. Disponível em:
https://www.redeicm.org.br/revista/wpcontent/uploads/sites/36/2019/06/a9_gueravietna.pdf. (Acesso em: 24 de novembro de 2024).

METRÓPOLES. Conheça os estádios da Copa da Rússia. Disponível em:
<https://www.metropoles.com/materias-especiais/conheca-os-estadios-da-copa-do-mundo-da-russia-2018>. (Acesso em: 24 de novembro de 2024) .

MORENO, J. C. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RODRIGUES, CC., LUCA, TR., and GUIMARÃES, V., orgs. Identidades brasileiras: composições e recomposições [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, pp. 7-29.

PAULA, P. A Condição eurasiana da Rússia: a identidade nacional russa em perspectiva histórica e suas ideias de pertencimento na inserção internacional do país. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

RÚSSIA. Presidente (2000-atual: Vladimir Vladimirovitch Putin). Kremlin, 19 set. 2013. Disponível em:
https://valdaiclub.com/a/highlights/vladimir_putin_meets_with_members_the_valdai_international_discussion_club_transcript_of_the_speech_/. (Acesso em 11 de novembro de 2024) .

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SECCHI, E. T. Auxílios Externos Soviéticos para Países do 3º Mundo (1950-1989): Angola como estudo de Caso. Vozes diversas diferentes saberes. 2018. Disponível em:
https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/191014/Poster_58325.pdf?sequence=2. (Acesso em: 24 de novembro de 2024).

SHEVTSOVA, L. Russia—Lost in Transition: The Yeltsin and Putin Legacies. Carnegie Endowment for International Peace. (2007). (Acesso em 14 de novembro de 2024).

TRENIN, D. Russia's Changing Identity: In Search of a Role in the 21st Century. Carnegie endowment. 18 de julho de 2019. Comentário. Disponível em:
<https://carnegieendowment.org/posts/2019/07/russias-changing-identity-in-search-of-a-role-in-the-21st-century?lang=en>. (Acesso em 25 de novembro de 2024).

VOYCE, Arthur. Contemporary Soviet Architecture. The American Magazine of Art, Vol. 28, No. 9 (September 1935), pp. 527-535. Disponível em:
<https://www.jstor.org/stable/23938803> (Acesso em 16 de novembro de 2025).

ZEVELEV, I. Russian National Identity and Foreign Policy. Center for Strategic and International Studies (CSIS), JTSOR. Dezembro, 2016. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/russian-national-identity-and-foreign-policy> (Acesso em: 11 de novembro de 2024).

A FETICHIZAÇÃO DOS HOMENS COREANOS: ENTRE A EXOTIFICAÇÃO E A REALIDADE

TARARAM, Anna Luiza Sousa¹¹

RESUMO

A expansão da onda cultural sul-coreana, conhecida como Hallyu, tem influenciado significativamente a percepção global sobre os homens asiáticos, alterando estereótipos e criando diferentes padrões de atração. Historicamente relegados a estereótipos negativos e frequentemente dessexualizados pela mídia ocidental, esses homens passaram a ocupar um novo espaço no panorama da atração e do desejo global. Este artigo explora como a Hallyu contribuiu para a hipervalorização e fetichização dos homens sul-coreanos, analisando a transição de representações depreciativas para novos padrões de masculinidade e atratividade, sendo consolidada como um processo dicotômico.

Palavras-chave: Hallyu, onda asiática, fetichização, masculinidade asiática, cultura pop sul-coreana.

INTRODUÇÃO

A onda coreana, também chamada de Hallyu, influenciou não apenas no consumo da cultura sul-coreana, mas também na percepção de homens asiáticos na sociedade, levando a romantização de comportamento devido às representações midiáticas, que apresentam homens românticos, gentis e idealizados.

Apesar da Hallyu ter garantido a expansão da cultura coreana, também experienciou a fetichização racial. A fetichização, no contexto dos estudos culturais e sociais, refere-se ao processo pelo qual determinados grupos étnicos ou raciais são reduzidos a um conjunto de características estereotipadas, frequentemente sexualizadas, objetificando e destituindo-os de sua

¹¹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

complexidade humana. Este fenômeno ocorre quando indivíduos são desejados não por suas qualidades individuais, mas por características percebidas como inerentes ao seu grupo étnico-racial, consoante aponta Hooks, (1992).

No caso específico dos homens coreanos, a fetichização representa um fenômeno complexo que ganhou novas dimensões com a expansão global da cultura sul-coreana. Este problema não apenas desumaniza indivíduos, mas também pode impactar a dinâmica de relacionamentos, levando a frustrações e desequilíbrios de poder.

Por mais que a Coréia do Sul seja uma potência cultural e tecnológica, apresenta uma cultura dominante extremamente machista que induz as mulheres a situações de submissão em todas as esferas sociais. A estrutura social sul-coreana reproduz normas e valores que separam às mulheres das posições de subordinação, perpetuando papéis misóginos e tornando a participação plena das mulheres na sociedade um objetivo cada vez mais inalcançável. Nesse contexto, um país onde o comportamento patriarcal é perpetuado até mesmo pelo presidente garante que a libertação das mulheres destes impasses se torne ainda mais longínqua e limitada.

1. A ONDA COREANA

Antes da ascensão global da Hallyu, a representação de homens asiáticos na mídia ocidental era marcada de modo limitado e frequentemente estereotipado. Por décadas, as indústrias culturais do Ocidente perpetuaram imagens que desumanizam e marginalizaram esses indivíduos, contribuindo para uma percepção pública distorcida. Raramente vistos como protagonistas ou figuras complexas, os homens asiáticos eram frequentemente confinados a papéis secundários que reforçam preconceitos raciais e culturais.

Um ótimo exemplo é o papel de mestres de artes marciais, como Bruce Lee e Jackie Chan, que frequentemente acabavam sendo superados pelo herói branco, reforçando uma hierarquia racial implícita. Essa representação contrastava fortemente com os estereótipos das mulheres asiáticas, que eram frequentemente hipersexualizadas, seja como a "flor de lótus", uma mulher submissa e exótica, seja como a "dragon lady" sedutora e perigosa.

Contudo, a onda coreana chegaria como um ponto de inflexão que mudaria a representação dos homens e mulheres asiáticos.

A Hallyu ou Onda Coreana teve seu início a partir dos anos 1980, quando o setor privado e o governo se juntaram para fornecer investimentos para a produção cultural. A ideia inicial era a expansão aos países vizinhos, como Taiwan, China, Vietnã e Japão, porém, posteriormente a grande onda coreana alcançaria outros oceanos, consoante destaca Pacheco, (2024). Este fenômeno expandiu-se exponencialmente para o Ocidente, especialmente a partir da década de 2010. A Hallyu engloba diversos produtos culturais, incluindo música popular (K-pop), dramas televisivos (K-dramas), cinema, gastronomia, moda e cosméticos.

O sucesso do rapper Psy com a música Gangnam Style, a explosão do k-pop com o grupo BTS, o filme Parasita sendo premiado no Oscar de 2020 e até mesmo a série da Netflix, Round 6 (Squid Game) são exemplos da magnitude desta onda e destes investimentos, consoante aponta Pacheco, (2024). Estas conquistas, além de serem gratificantes, também ajudam a legitimar reivindicações e posições políticas no Ocidente.

O “soft power” é uma estratégia na qual o país consegue exercer influência sobre outras nações sem o uso de força coercitiva, apenas por meio da atração de suas culturas e valores, característica central do soft power consoante afirma Mathias, (2023). A Hallyu é vista como uma estratégia de soft power pela Coréia do Sul, justamente pela expansão do público consumidor de sua cultura, contribuindo para a construção de uma imagem positiva da Coreia do Sul e a adoção de seus valores e estilos de vida.

Assim, esta onda serve como uma ferramenta poderosa que não apenas promove o patrimônio cultural da Coreia do Sul, mas também facilita suas relações diplomáticas e sua influência no cenário internacional, consoante afirma Mathias, (2023). Além disso, tem o potencial de alterar narrativas existentes e proporcionar uma nova perspectiva sobre a Coreia do Sul, melhorando sua imagem global e fortalecendo suas alianças estratégicas. A popularidade da cultura sul-coreana contribui para a suavização de estereótipos e criação de uma percepção mais positiva do país fazendo com que o Ocidente veja o país não apenas como um ator econômico ou político, mas como um centro cultural vibrante e inovador, consoante salienta Mathias, (2023).

2. EXOTIZAÇÃO E RACIALIZAÇÃO NO CONTEXTO ASIÁTICO

De acordo com Edward Said, autor do livro “Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente”, o estudo das línguas e de textos antigos desempenhou um papel fundamental na construção de uma imagem estereotipada do Oriente. Ao analisar as línguas orientais como se fossem estáticas, os estudiosos europeus retratavam os povos orientais como se fossem todos iguais entre si, impassíveis de mudança ao longo do tempo e inferiores ao padrão ocidental. Esta forma eurocêntrica de se pensar o Oriente como passivo e imutável garantia uma superioridade natural sobre aquilo que estudava, consoante retratou Said, (1978).

Atrelada a essa visão construída pelo olhar ocidental, a representação do Oriente passou a ser marcada pela excentricidade e estranheza, sendo frequentemente apresentado como algo diferente e exótico. Nessa perspectiva, o Oriente deixava de ser compreendido em sua complexidade real e passava a funcionar como um cenário simbólico que alimentava narrativas ocidentais, consoante aponta Said, (1978).

Ao enfatizar a lupa da excentricidade que estava apontada para o Oriente, o autor aborda o fetichismo com homens asiáticos que estava profundamente ligada à fantasia masculina ocidental de poder, erotismo e domínio, consoante arquivos de Said, (1978). Essa visão reproduz uma relação de desejo sexuado que associa o Oriente a atributos como sensualidade e fantasia sexual, e, até os dias atuais, pessoas asiáticas são alvo de comentários como “Nunca fiquei com um/uma japinha” e “Sou louco por uma japinha.”, por exemplo. Apesar da óbvia gravidade dos comentários pela conotação racista, existe também um apagamento das complexas nacionalidades do Oriente, diminuindo todo o continente e suas etnias em apenas “japa” por ter olhos puxados.

Historicamente, a masculinidade asiática foi construída no imaginário ocidental através de processos de emasculação e feminização. Filmes e programas de televisão frequentemente retratam homens asiáticos como assexuados, fracos ou como ameaças não-sexuais, como o estereótipo do "nerd asiático". Estas representações contrastavam fortemente com a hiperssexualização das mulheres asiáticas, criando uma dicotomia de gênero racializada que servia para reforçar a supremacia masculina branca, consoante

destaca Tuan, (1998).

No contexto sul-coreano, a masculinidade tradicional foi fortemente influenciada pelo confucionismo, filosofia chinesa que enfatiza hierarquias sociais rígidas, incluindo a dominância masculina. Simultaneamente, a história moderna da Coreia do Sul, marcada pela ocupação japonesa, pela Guerra da Coreia e por rápidas transformações socioeconômicas, moldou concepções contemporâneas de masculinidade que navegam entre tradição e modernidade, influências locais e globais. Estudos recentes sobre "soft masculinity" no K-pop, consoante indicam Lee, (2020); Jung, (2011) analisam como os ídolos masculinos performam uma versão de masculinidade que incorpora elementos tradicionalmente vistos como femininos - utilizar maquiagem, se preocupam com cuidados estéticos, expressão emocional, delicadeza - sem serem pegos pela masculinidade frágil.

Os novos horizontes trazidos pela expansão da cultura sul-coreana trouxeram consigo a romantização das relações com asiáticos e a fetichização dos indivíduos amarelos. Esta idealização, quando inserida em uma cultura de massa, cria espaço para novos preceitos, como o orientalismo. Um efeito da Hallyu é a "coreanização", ou seja, buscar adaptar hábitos culturais, jeito de falar, de se vestir e de como se portar inspirados pelos ídolos, atores e afins. Este problema faz com que os descendentes jovens prefiram um desligamento da cultura original devido aos estereótipos, consoante indica Pacheco, (2024).

Como dito, esta fabulação abre espaço para preconceitos, sendo um destes o fetiche racial. Este acontece quando a pessoa amarela deixa de ser desejada por ser quem ela é e passa a ser desejada apenas por ser asiática. No caso dos homens coreanos, há a romantização de todo o comportamento visto nos dramas e a projeção de características nos grupos de kpop que levam as mulheres a procurarem namorados asiáticos em apps de relacionamentos, consoante registra Gadelha, (2023).

3. A FETICHIZAÇÃO DOS HOMENS COREANOS NA MÍDIA GLOBAL

O k-pop representa um dos principais vetores da Hallyu e, consequentemente, um espaço privilegiado para analisar a construção e

disseminação de representações dos homens coreanos. A indústria do k-pop é altamente estratégica, produzindo cuidadosamente a imagem dos idols masculinos através do processo de “trainee” que envolve treinamento intensivo, gestão de imagem e marketing sofisticado. As empresas buscam “saciar” os anseios do público do k-pop, inventando a imagem do namorado perfeito, chamado de “boyfriend material”, levando que os idols (artistas) evitem escândalos de relacionamentos para não perder a clientela.

A estética visual dos idols masculinos de k-pop frequentemente incorpora elementos que desafiam concepções ocidentais tradicionais de masculinidade. A "soft masculinity" é complementada por performances coreográficas precisas que demonstram simultaneamente força física e graciosidade, disciplina e expressividade emocional, além das práticas de aegyo, comportamento fofo quase infantil.

No entanto, a recepção global dessas representações frequentemente resulta em processos de fetichização. Fãs internacionais, especialmente aqueles sem familiaridade profunda com o contexto cultural coreano, podem interpretar estas performances de masculinidade através de lentes orientalistas que reforçam a alteridade racial. Comentários como "homens asiáticos são tão delicados/bonitos/femininos" essencializa características que são, na verdade, construções culturais específicas da indústria do entretenimento, não representativas da diversidade de expressões masculinas na sociedade coreana.

Além disso, a indústria do K-pop conscientemente capitaliza sobre a "comercialização da intimidade", consoante aponta Kim, (2014), criando conteúdos que simulam proximidade e disponibilidade emocional dos idols para seus fãs, além de perpetuar a ideia de que estes não podem se envolver romanticamente, como supramencionado. Esta estratégia, embora eficaz para construir fanbases dedicadas, também pode intensificar processos de objetificação e fetichização, especialmente quando mediada por diferenças culturais e raciais.

Os dramas (k-dramas), novelas sul-coreanas, constituem outro pilar fundamental da Hallyu e um importante veículo de representações idealizadas da masculinidade coreana. Particularmente nos dramas românticos, personagens masculinos são frequentemente construídos segundo arquétipos

específicos que combinam sucesso profissional, aparência física idealizada e devoção romântica.

A partir destes dramas, é possível identificar alguns tipos mais famosos de personagens, apresentando principalmente dois tipos: o empresário herdeiro poderoso, rico e emocionalmente vulnerável e o homem perfeito, que demonstram habilidades excepcionais em múltiplas áreas (profissional, doméstica, romântica) e dedicação incondicional à protagonista feminina.

A fetichização ocorre quando estas representações ficcionais são interpretadas como reflexos autênticos da realidade social coreana, levando a expectativas irrealistas sobre homens coreanos reais. É interessante afunilar a análise para o cenário brasileiro, o terceiro país do mundo a assistir mais doramas durante a pandemia, consoante registra Magalhães, (2021). Apesar de imigrantes sul-coreanos terem escolhido o Brasil como destino, a cultura e até mesmo a maneira como são vistos na sociedade mudou com o advento da onda coreana Pacheco, (2024).

Como observado por Gadelha (2023), há casos documentados de mulheres ocidentais que viajam à Coreia do Sul especificamente em busca do "príncipe do drama", apenas para confrontar uma realidade social significativamente diferente das narrativas romantizadas consumidas através da mídia.

A busca pelo homem ideal, romântico e polido que as mulheres buscam em homens asiáticos as leva a encontrarem parceiros extremamente machistas e desrespeitosos. Consequentemente, existem mulheres que vão à Coréia do Sul em busca do seu príncipe encantado e encontram outra realidade. As relações interpessoais no Brasil e na Coréia do Sul são bem diferentes, principalmente quando analisamos a cultura e a história de ambos países. O Brasil é um país machista, mas a Coréia do Sul, além de ter como base o Confucionismo, é ainda mais misógina e machista, espelhando estas heranças nos comportamentos masculinos, gerando desequilíbrios de poder. Dessa maneira, há uma quebra dessas expectativas de uma forma brusca e, às vezes, violenta.

A fetichização dos homens coreanos têm repercussões significativas no contexto de relacionamentos românticos e sexuais, particularmente em dinâmicas interculturais. O fenômeno de mulheres ocidentais que buscam

especificamente parceiros coreanos ou asiáticos baseadas em imagens idealizadas derivadas da mídia representa uma manifestação clara de fetichização racial. Plataformas de relacionamento frequentemente refletem e reforçam estas dinâmicas. Pesquisas sobre padrões de preferência em aplicativos de relacionamento consistentemente demonstram como raça e etnia influenciam significativamente as interações românticas online conforme o Kao, citado em Seattle Times, (2021). No contexto da Hallyu, observa-se um aumento no interesse específico por homens coreanos ou asiáticos que se assemelham esteticamente aos idols de K-pop, um fenômeno conhecido como uma inversão parcial de padrões históricos.

O caso da brasileira Jackelin Bastos deixa bem clara a realidade de relacionamentos baseados em idealizações. Após conhecer um coreano em um aplicativo de namoro, conhecê-lo pessoalmente em Jericoacoara (CE) e compartilhar a história do romance a uma distância de 17 mil quilômetros com o príncipe da sua vida, o casal se reencontrou na Coreia do Sul.

Contudo, Bastos detalha as duas semanas de violência, abusos e indiferença que sofreu com o marido, que mudou completamente de comportamento, mostrando sua verdadeira face que é violenta, controladora e desumana.

Esta mudança de comportamento infelizmente não é exclusivamente em relacionamentos inter-raciais uma vez que as coreanas encontram o mesmo destino. O caso de Jackelin, que foi expulsa da casa em que morava com seu marido e se viu desamparada em um país estrangeiro, apenas reforça a ideia do quanto perigoso é o limiar entre a idealização e a realidade, uma vez que este fato não é isolado.

Se, por um lado, a Hallyu democratizou o acesso à cultura coreana, por outro, sua narrativa idealizada negligencia as desigualdades de gênero que permeiam a sociedade sul-coreana e contribui para a criação de uma máscara para o machismo aflorado no país.

Para homens coreanos envolvidos nestas dinâmicas, a experiência pode ser igualmente complexa e potencialmente prejudicial. Ser desejado primariamente por características racializadas, em vez de qualidades individuais, representa uma forma de objetificação que nega plena humanidade e agência. Além disso, a expectativa de conformidade com estereótipos derivados da mídia

impõe limitações significativas à expressão autêntica de identidade e emoções.

A globalização da cultura sul-coreana e a consequente fetichização dos homens coreanos têm impactos significativos na autopercepção e identidade dos próprios homens coreanos, tanto na Coreia do Sul quanto na diáspora. Estudos recentes sobre masculinidade jovem na Coreia indicam que homens coreanos contemporâneos navegam complexas pressões sociais que incluem expectativas tradicionais de masculinidade (sucesso econômico, serviço militar obrigatório, responsabilidades familiares) e novas demandas estéticas e comportamentais influenciadas pela indústria do entretenimento, consoante afirma Lee, (2023).

3.1 A fetichização como manifestação contemporânea do orientalismo

A fetichização dos homens coreanos pode ser interpretada como uma manifestação contemporânea de orientalismo, adaptada ao contexto da globalização cultural do século XXI. Como argumentado por Said, (1978), o orientalismo opera através da construção discursiva do "Oriente" como fundamentalmente diferente e exótico em relação ao "Ocidente". Esta construção, historicamente, serviu para justificar a dominação colonial e imperialismo cultural.

No contexto atual, embora as manifestações sejam menos explicitamente hierárquicas, persistem estruturas subjacentes que posicionam culturas asiáticas como objetos de consumo ocidental. A fetichização dos homens coreanos, mesmo quando expressa através de desejo e admiração aparentemente positivos, frequentemente reproduz lógicas orientalistas ao reduzir indivíduos complexos a representantes de uma alteridade exótica.

Esta dinâmica é particularmente evidente no fenômeno "Koreaboo" — termo que descreve indivíduos que demonstram obsessão pela cultura coreana, frequentemente baseada em representações midiáticas limitadas e descontextualizadas. Contudo, é importante notar que a fetichização contemporânea dos homens coreanos opera em um contexto significativamente diferente do orientalismo clássico analisado por Said.

De acordo com Hooks, (1992), o desejo e a apreensão cultural podem se transformar em objetos de fetichismo. A admiração reconhece a humanidade e a complexidade do outro, enquanto o fetiche tende a objetificar e reduzir a pessoa a um símbolo ou fantasia.

A autora sugere também que pode existir uma fascinação facilmente metamorfoseada em fetiche quando há uma ausência de entendimento profundo ou respeito autêntico (como o consumo descontextualizado da realidade coreana), levando à objetificação.

Por mais que o livro de Bell Hooks seja referente à cultura negra, as raízes dos estereótipos são convergentes, o eurocentrismo. Dessa maneira, é possível estender a análise para outros grupos não-brancos como feito acima. Entender estas nuances como algo negativo e recorrente é fundamental para garantir a melhoria da situação futuramente.

A linha entre entusiasmo cultural genuíno e comportamento "Koreaboo" frequentemente depende não apenas de ações específicas, mas de atitudes subjacentes— particularmente disposição para reconhecer a própria posicionalidade, respeitar complexidades culturais e engajar-se com a cultura coreana em seus próprios termos, em vez de projeções fantasiosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a expansão global da onda coreana pode ser vista como uma faca de dois gumes, um capítulo ambivalente. Por um lado, a Hallyu desempenhou um papel muito importante em garantir uma maior compreensão da cultura sul-coreana em todos seus aspectos culturais e devidas extensões. Este fenômeno, longe de representar simplesmente uma inversão de estereótipos históricos sobre homens asiáticos, constitui uma reconfiguração de relações de poder racializadas adaptadas ao contexto midiático contemporâneo.

A análise da fetichização dos homens coreanos no contexto da expansão global da Hallyu revela dinâmicas complexas na intersecção entre raça, gênero, mídia e globalização cultural.

A indústria cultural sul-coreana, através do K-pop, K-dramas e cinema, introduziu globalmente representações de masculinidade que desafiam

parcialmente estereótipos ocidentais limitantes sobre homens asiáticos. A "soft masculinity" performada por idols de K-pop e a devoção romântica idealizada de protagonistas de K-dramas oferecem alternativas visíveis à histórica emasculação e invisibilização de homens asiáticos na mídia ocidental. No entanto, a recepção global destas representações frequentemente resulta em novas formas de fetichização que, embora aparentemente positivas, continuam a operar dentro de estruturas orientalistas que marcam homens coreanos como fundamentalmente "outros".

Esta fetichização manifesta-se em comportamentos como o fenômeno "Koreaboo", preferências de relacionamento explicitamente racializadas e consumo descontextualizado de produtos culturais coreanos. As consequências desta fetichização são significativas tanto para homens coreanos que enfrentam novas formas de objetificação e expectativas irrealistas quanto para consumidores globais da Hallyu, cujas percepções interculturais podem ser distorcidas por representações midiáticas idealizadas. Esta romantização é particularmente problemática quando analisadas em conjunto com as realidades socioculturais da Coreia contemporânea, encontrando estruturas patriarcais persistentes e desigualdades de gênero que são frequentemente ignoradas em representações midiáticas globalizadas.

Esta análise não pretende condenar o consumo intercultural da Hallyu, que oferece oportunidades valiosas para diálogos culturais significativos. Pelo contrário, é imprescindível um engajamento mais crítico e contextualizado com produtos culturais globalizados, reconhecendo as complexidades históricas e sociais subjacentes às representações midiáticas e resistindo a tendências fetichizadas. É inegável que o papel de desafiar décadas de estereótipos negativos infundados no racismo ocidental e pensamento eurocêntrico garantiu a introdução de novas representações de masculinidade que ressoavam globalmente e os posicionavam como figuras desejáveis e atraentes.

Por outro lado, essa mesma visibilidade e popularidade abriram caminho para novas formas de objetificação, notadamente a supervvalorização e a fetichização. A atração intensa, muitas vezes mediada por fantasias alimentadas por mídias como k-dramas e k-pop, pode levar à redução de indivíduos a meros representantes de uma etnia idealizada, ignorando sua complexidade e humanidade.

Em última análise, a fetichização dos homens coreanos ilustra como, mesmo em um mundo aparentemente mais conectado e culturalmente fluido, persistem estruturas racializadas que moldam encontros interculturais. Reconhecer e desafiar estas estruturas representa um passo necessário em direção a formas mais equitativas e mutuamente respeitosas de intercâmbio cultural global.

Como o limiar é muito tênu, é crucial reconhecer que a fetichização, mesmo quando disfarçada de admiração ou preferência, permanece uma prática prejudicial por se basear em estereótipos e desconsiderar a individualidade da pessoa. A jornada da percepção dos homens asiáticos no Ocidente, influenciada pela Hallyu, sublinha a necessidade contínua de um olhar crítico sobre as representações midiáticas e seus impactos multifacetados, incentivando uma apreciação que valorize a diversidade e a individualidade para além das tendências culturais e dos fetiches momentâneos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GADELHA, R. Como o fetiche asiático afeta mulheres e homens amarelos. *CNN Brasil*, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/como-o-fetiche-asiatico-afeta-mulheres-e-homens-amarelos>. (Acesso em: 29 de março de 2025).
- HOOKS, B. *Eating the other: desire and resistance*. In: *Black looks: race and representation*. Boston: South End Press, 1992.
- JUNG, S. K-pop, Indonesian fandom, and social media. *Transformative Works and Cultures*, v. 8, 2011. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.3983/twc.2011.0289>. (Acesso em: 29 de março de 2025).
- KIM, E. J. The racial logic of Korean pop culture. In: KIM, K. H.; CHOE, Y. (ed.). *The Korean Popular Culture Reader*. Durham: Duke University Press, 2014.
- LEE, J. Young Korean men's masculinity management in the neoliberal Korea. *Journal of Men's Studies*, 2023. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1177/08969205231160295> (Acesso em: 29 de março de 2025).
- MAGALHÃES, L. Brasil é o 3º país que mais consumiu doramas na pandemia. O Povo, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/vidaearte/2021/08/10/brasil-e-o-3-pais-do-mundo-que-mais-consumiu-doramas-na-pandemia.html>. (Acesso em: 29 de abril de

2025).

MATHIAS, L. B. Política externa sul-coreana: o Hallyu enquanto política de Estado estratégica de soft power. **Relações Exteriores**, 30 maio 2023. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/politica-externa-sul-coreana-o-hallyu-enquanto-politica-de-estado-estrategica-de-soft-power/>. (Acesso em: 29 de abril de 2025).

PACHECO, M. S. O impacto da cultura pop coreana no Ocidente: a juventude brasileira surfando na Onda Hallyu. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

SAID, E. W. Orientalism. New York: Pantheon Books, 1978. TUAN, M. Forever foreigners or honorary whites? The Asian ethnic experience today. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.